

ANTIGUIDADES ORIENTAIS E CONFLITOS INTERNACIONAIS: (A PROPÓSITO DE) UM EPISÓDIO PORTUGUÊS EM PLENA 1.^a GRANDE GUERRA MUNDIAL

por

Ana Cristina Martins*

“Que continham [...] esses tijolos, esses granitos, páginas imperecíveis do livro de todo o saber, enterradas há 4240 anos num vale da Mesopotâmia? Certamente nas suas primeiras linhas o livro revelava o começo e a idade do Mundo”

(Eça de Queirós, *Notas Contemporâneas*, p. 379)

Resumo: Numa altura em que o assalto ao Museu de Bagdade atraiu as atenções de especialistas e amantes das Artes e Letras de todo o Mundo, pareceu-nos particularmente pertinente divulgar um evento assaz peculiar e oculto nas brumas da memória nacional. Em plena 1.^a Guerra Mundial, a secular Associação dos Arqueólogos Portugueses envidou todos os esforços no sentido de o Governo português nacionalizar o conteúdo inserto numa embarcação alemã, entretanto apresada ao largo de Lisboa, no âmbito dos acordos bilaterais previamente estabelecidos com o Reino Unido. No interior de mais de cem contentores, encerrava-se um verdadeiro tesouro: artefactos arqueológicos exumados no solo da Antiga Mesopotâmia, de cujos exemplares os nossos principais estabelecimentos científicos tanto careciam. Com base neste episódio tão inusitado, trilhámos outros caminhos, intimamente relacionados com o lugar simbólico do Próximo Oriente no imaginário ocidental e a sua relevância geo-política para as forças europeias, reforçada através da implementação e desenvolvimento dos emergentes estudos arqueológicos, numa conjugação que não mais se dissolveria do seu horizonte.

Palavras-chave: Oriente; Associação dos Arqueólogos Portugueses; 1.^a Guerra Mundial.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Oriente exerceu sempre um enorme fascínio sobre o imaginário ocidental. Geográfica e culturalmente distantes, as suas paragens permaneceram no ideário europeu desde as conquistas de Alexandre, o Grande (356-323 a.C.) – que sonhara transpor para a Babilónia a capital do seu domínio territorial – até à extensão do

* Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueóloga e Investigadora da Evolução do Pensamento Arqueológico, Museológico e Patrimonial. E-mail: acnmartins@clix.pt

Império Romano. Foi, porém, graças ao historiador, filósofo e general grego Xenofonte (430-355 a.C.) que acedemos às primeiras descrições sobre as ruínas assírias. Mas também à própria Antiguidade Clássica, no seu todo, pelo modo como as concepções cosmogónicas do Próximo Oriente foram sincretizadas pelo – e no – pensamento judaico-cristão.

Terá sido, contudo, nos primórdios do Cristianismo que emergiu o interesse doravante votado aos territórios orientais próximos da vivência mediterrânica por parte dos mais cultos e abastados círculos alto-medievais que, à semelhança do mundo greco-romano, tão sabiamente souberam conjugar e fundir as suas díspares idolatrias. Entendido como berço da Humanidade e da revelação divina de carácter monoteísta, o Oriente parecia estar predestinado a ser resgatado pelos poderes políticos europeus, aos quais competiria preservar uma vasta memória cristalizadora da primeira fonte das suas próprias culturas e nacionalidades, salvaguardando-as das mãos intempestivas das populações (ditas) infiéis sedeadas nos seus territórios através da propagação da palavra de Maomé (570-632). Em nome da Fé cristã, organizaram-se cruzadas de *reocupação* de uma realidade que reclamavam como sua. Era, no entanto, uma forma de unir uma história que nunca se destacara pela convergência de pressupostos político-sociais desenvolvidos em torno do protótipo protagonizado pela Antiguidade romana, que atingiria o seu primeiro auge em pleno *renovatio carolingio*. Fabulavam-se, por isso, genealogias originadas na infância da Humanidade, ao mesmo tempo que os seus principais patriarcas eram *revistos* enquanto repositórios legítimos dos “heróis fundadores” de cidades e culturas ocidentais a fim de as prestigiar e validar aos olhos de “outros”. Enquanto isso, e após cumprirem a suprema missão de peregrinar até à Terra Santa, alguns eruditos descreviam as ruínas de Nínive, para cuja investigação oitocentista se mencionaria, entre nós, ser “[...] necessario expropriar todas as casas de que se compunha a aldeia de Korsabad, empreza dificil, porque os arabes supõem que os europeus não fazem escavações senão para desenterrar thesouros escondidos; e quando vêem desentulhar monumentos que tenham esculptura, horrorizam-se, porque o seu fanatismo lhes faz crer que são obras do demonio”¹.

Com o passar do tempo, substituiu-se (ou, melhor, associou-se) o deslumbramento por algumas das mais simbólicas páginas bíblicas – como a de *Noé* – por um profundo interesse pela História antiga das civilizações orientais referidas ao longo das suas inúmeras descrições. Partiu-se, então, em busca de uma realidade somente lembrada nos escritos, do seu esplendor, queda e submissão a gentes diversas, agora que o fim das invasões bárbaras imprimira uma maior segurança e organiza-

¹ “Antiguidades de Ninive”, *Archivo Pittoresco*, vol. V, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1862, p. 202.

ção administrativa nos territórios situados a Leste da mentalidade ocidental. Este encantamento manifestou-se de modo mais sistemático numa época pautada pelo florescimento citadino e afirmação de uma nova mundividência de pretenso foro universalista, mercê do reforço do poder papal, da hegemonia real, da consolidação das relações comerciais, do incremento da actividade bancária e da criação de novos centros de investigação científica. Este imaginário messiânico tocaria de igual modo o sentir português quando, já em plena *Era* romântica, se rebuscou no fabulário redentor as origens da própria monarquia *lusitana*, que os séculos dezassete e dezoito se esforçaram por legitimar, e cujas lendas fascinariam de modo tão evidente a curiosidade de alguns dos nossos mais consagrados literatos, ao reverem-se como demiurgos civilizacionais e culturais. Reavivou-se, por isso, o conhecido mito de Túbal, filho de Jafé e neto do construtor da *Arca*, esse verdadeiro símbolo da remição da memória por intermédio da preservação (e empírica manipulação) mesológica, enquanto o mito da queda infernal da *axis mundi* babilónica e da *vanitas* humana cedia lugar à ascese citadina de Jerusalém. Na verdade, há muito que se enraizara na cultura portuguesa a pretensão de ver em Túbal o fundador de Setúbal e primeiro povoador da Península Ibérica, conferindo-se através dele o estatuto que Portugal parecia não mais ter alcançado após o domínio filipino. Uma vez mais, a escrita da História servia interesses políticos muito concretos, à semelhança do que sucederia com as letras inglesas, ao remeterem a fundação da sua monarquia aos feitos de Bruto, filho de Eneias. Na verdade, o interesse votado aos vestígios arqueológicos da Península de Tróia não se alhearia desta problemática, dado que a sua exploração – esporádica, nos primeiros tempos, e sistemática já na centúria de oitocentos – ocorreu sempre em períodos muito específicos da nossa História, ao longo dos quais se tornou fundamental consolidar a identificação nacional, sob pena de ser fragmentada em benefício de projectos exógenos. E, para tal, havia que reavivar o sentido de unicidade interna, que se remontava a um período tão remoto, quanto o diluviano.

Mas ainda nos tempos medievos se observou, a par de comerciantes (como o viajante veneziano Marco Polo – 1254-1324), aventureiros e peregrinos, uma crescente deslocação ao Próximo Oriente por parte de vários representantes da *Igreja*, não apenas para salvação e *reapropriação* dos primordiais locais cristãos, mas, sobretudo, para perscrutação de vestígios materiais ilustrativos dos eventos enunciados e preditos na *Bíblia*, numa terra e numa altura em que há muito teriam desaparecido, sido votados ao esquecimento ou, simplesmente, ignorados e *reaproveitados* nos novos ícones vivenciais e nas gramáticas decorativas islâmicas. Além disso, a proximidade que os cristãos latinos estabeleceram desde o século XIII com os nestorianos mesopotâmicos e os coptas egípcios e etíopes parecia concretizar um dos principais desígnios da época: a formação de uma frente anti-mulçumana, numa vontade suprema encarnada pelo “Imperador dos Últimos Dias”, Frederico II (1197-1250), o Salvador.

Expectantes perante a perspectiva de resgatar os seus irmãos à mão do “descrente”, cruzados, missionários e comerciantes lançaram-se rumo às esotéricas *sete partidas* do Mundo, em cujos recantos o *Oriente sagrado* ganhava um novo significado no quadro da contemplação ascética de lugares de trânsito. De facto, era ao longo destes últimos que o imaginário medieval cavaleiresco rebuscava de modo tenaz a incorruptibilidade da *Martirologia*, as ancestrais *mirabilia* (então confundidas com os transcendentais *miraculae*) – *mira res* ou *mira admirationis* – e as raízes do *senhorio oriental*, cujo esplendor perdera-se no tempo, cedendo lugar à cultura eclesiástica. Procurava-se, assim, *realçar* os míticos *reinos* paradisíacos de Pres-tes João, onde se ambicionava *reencontrar* a perfeição vivencial há muito diluída no pensamento e nas acções da Cristandade, com vista à *recriação* da força imprescindível à unidade mediterrânica, numa viagem quase fabulosa, num ciclo enciclopédico de contornos verdadeiramente iniciáticos, onde o *Itinerarium* ganhava nova força ao buscar reproduzir os sinuosos itinerários trilhados pelos primeiros cristãos, finalmente identificados como “Centros do Mundo”. Procurava-se, deste modo, enriquecer individualmente, assimilando-se e desvendando-se todo um percurso inscrito nas páginas do Novo e do Velho Testamento, bebendo nas fontes primevas do Cristianismo a inspiração essencial ao desenvolvimento interior, num caminho pontado por ruínas e relíquias fragmentadas de um passado milagroso, cujas mensagens urgia transmitir para manter acesa a chama do espírito que lhes estivera (está) subjacente. A espiritualidade era, assim, reavivada através da confirmação existencial dos *não-lugares* dos mais relevantes registos matéricos do discurso bíblico, mesmo que apenas visualizados e testemunhados por uma ínfima parte da população. Partia-se, assim, em busca de uma outra “idade de ouro”, também ela revalorizada pela gesta lusitana numa época em que o *tempo* cristão se tornara linear (orientado para um *fim*), mas não necessariamente mais venturoso, porquanto escatológico.

Numa altura em que a *Modernidade* europeia despontava com – e para – o Renascimento da Antiguidade Clássica e se transferia gradualmente de uma visão teocêntrica para uma filosofia antropocêntrica (leia-se, europocêntrica), força da acção papal e das principais Repúblicas italianas, alguns literatos expressaram um forte interesse em estudar as “antigualhas” egípcias e levantinas, que as próprias fontes clássicas evocavam e definiam como um dos mananciais do seu próprio saber e ser. A realidade europeia parecia ter, finalmente, alcançado a maturidade imprescindível ao progresso intelectual alicerçado numa consolidada expansão política, teológica e científica. Transportavam-se, deste modo, e muito antes da própria *Era Industrial*, as rivalidades latentes entre as principais potências da época para a esfera cultural mediante a sublimação de uma existência que lhes era bastante anterior e frequentemente incógnita.

Aos poucos, a Europa culta viu-se rodeada de uma série de símbolos desco-

dificados através da *ruína representada* e da *ruína referênciada*. Mas se na época medievá a ruína funcionara como valor de *memento mori* e os escombros do universo das trevas babilónicas relembavam os homens da sua intrínseca condição mortal e efemeridade das acções não divinas – representada no *Dilúvio* – no período pós-Tridentino as “antiguidades nacionais” pareciam conviver pacificamente com vestígios exumados naquela antiga cidade e em Persépolis, por mão de R. Pietro della Valle (1586-1652) e do viajante francês J. Chardin (1643-1713). Além disso, aparentavam harmonizar-se de igual modo com toda uma gramática decorativa que lhe parecia totalmente estranha, e que tão profundamente inspirara o gravador e arquitecto italiano G. B. Piranesi (1720-1778).

Mas só perante um primeiro olhar mais desprevenido.

Na realidade, enquanto as esfinges pareciam serenar as mentes face ao carácter inelutável do destino humano traçado pelos insondáveis desígnios celestiais (também figurado nos singulares *telamones*), os obeliscos e as pirâmides – tal como os *zigurates* – encarnavam a ascensão do espírito humano perante algo – o *Sublime* – que nunca se poderia apreender na sua real essência e dimensão. Além do mais, pareciam conformar-se à funcionalidade e ao simbolismo da arquitectura memorial e funerária, cujos exemplares eram com frequência observados e exumados na cidade de Roma. Mas era também, sem dúvida, uma maneira de reintegrar uma realidade que desejavam sua enquanto seus pretensos reais depositários. Com efeito, a reapropriação destes signos implicaria o apoderamento de uma tradição milenar que estabelecera as raízes do pensamento europeu no alvor da *Contemporaneidade*, mesmo que a sua estética se expressasse literariamente de um modo que permaneceria incompreensível até à decifração, por J.-F. Champollion (1790-1832), da “Pedra de Rosetta”, descoberta em 1799. Além disso, tratava-se de um duplo domínio: o de algo que a própria Roma Antiga soubera subjugar e que a Contra-Reforma transpusera para uma iconografia hermética plasmada nos movimentos *Maneirista*, *Barroco*, *Rococó* e *Rocaille*. No entanto, a Maçonaria (liberal) *iluminista* elaborara um código eivado de elementos egípcios, numa altura em que o Egipto se tornara inacessível pela ocupação árabe ocorrida no século XVII. Mas graças aos conceptualismos evolucionistas, ele teria de ser apartado das velhas tradições pré-clássicas, o verdadeiro foco primordial da ontologia ocidental. Também por isso se valorizavam as pormenorizadas descrições quinhentistas e seiscentistas acerca de diversos tempos, gentes e locais, num espírito ecuménico e cosmopolita tão do agrado dos homens do *Racionalismo*, mesmo que à luz do primado da superioridade europeia, bem vincado no conceito de *République des Lettres*, o ideal de unidade cultural.

Reutilizava-se, todavia, não propriamente a simbólica das antigas civilizações do Crescente Fértil, mas, antes de mais, a egípcia. Na verdade, havia que esperar pelos diplomatas-arqueólogos de oitocentos para que aquelas renascessem para o

domínio público e gáudio dos investigadores. Foi nesta altura que, a par da atitude decorativa e romântica revelada perante este “novo” (“velho”) mundo, começou a imperar uma certa postura arqueológica, a partir da qual se observaram e registaram cientificamente os artefactos da Antiguidade Pré-clássica, em grande parte graças à expedição napoleónica empreendida no Egipto em finais de setecentos (1798-1801).

Mas este “Renascimento Oriental” não se circunscreveu ao território do Antigo Egipto.

Em meados do século XVIII, J.-J. Barthélemy (1716-1795) descobrira a língua aramaica gravada numas inscrições de *Palmyra* e restabelecera o alfabeto fenício, relançando, assim, o interesse pela sua civilização e resquícios materiais descobertos em diversos pontos do Norte de África. A notoriedade então alcançada com estas investigações também obteria o devido impacte na nossa imprensa, em cujas páginas se sublinhava a incontornável fragilidade das glórias humanas:

Templos, palacios, e arcos triunfaes, onde as artes rivalisavam, foram em um momento convertidos em montões de ruinas. Comtudo, dessa prodigiosa serie de columnas corinthias, restam não poucas, intactas do furor dos homens e do correr dos seculos, como para servir de lição ás gerações futuras.

Alli existiu uma população immensa, rica e alegre, industriosa e forte; hoje o sopro da vida anima tão sómente fracos reptís, que divagam por entre esses magestosos restos de extinctas grandezas!... Outr’ora a procuravam como amiga os potentados da terra; hoje só a demandam as feras açoutadas pela tempestade do deserto!... Então, infundia respeito e assombro nos estrangeiros que a visitavam; agora desperta na alma do viajante um único pensamento – *como se confunde com o nada o orgulho e a ambição dos homens*².

Na verdade, cria-se que,

Essas ruinas magestosas que nos recordam a existencia d’um grande povo, [...] servem para attestar ao viajante que um povo tambem morre, deixando como tumulo as ruinas da cidade que habitou. A grandeza de Deus e a impotencia dos homens acham-se symbolisadas n’essas ruinas, que servem hoje de guarida aos animaes ferozes. [...]. Ao contemplar os destroços de tantas grandezas, ao meditar sobre a fragilidade de todas as cousas humanas, a nossa alma eleva-se insensivelmente para Deus, e reconhece a sua omnipotencia sobre a sorte das nações³.

Não obstante, confirmava-se, uma vez mais, que a ciência arqueológica percorreria o caminho que a Filologia lhe desbravara, e para o qual tanto contribuía a expedição dirigida, entre 1761 e 1767, por K. Niebhur (1774-1837) ao Indo, Pérsia, Mesopotâmia, Egipto e Arábia do Sul, assim como a própria constituição dos

² “Syria. I. As ruinas de Palmyra”, *Universo Pittoresco. Jornal de Instrucção e Recreio*, 1839-1840, Lisboa, se, sd, p. 180.

³ “Ruínas de Palmyra”, *Archivo Familiar*, vol. I, Lisboa, se, 1858, p. 49.

primeiros Institutos de Estudos Orientais em solo francês, aos quais se somaria o papel desempenhado, a partir de 1822, pela *Société Asiatique de Paris*. Aliada à Epigrafia e à Filologia, a Arqueologia permitiria, já em pleno século XIX, conduzir algumas das peças mais emblemáticas da glorificação das civilizações levantinas (sendo que, nos inícios de oitocentos, e em termos mentais, o *Oriente* principiava nos Balcãs) às principais colecções estatais europeias, ao mesmo tempo que os seus escritos eram decifrados por homens de excepção, como A. H. Layard (1817-1894), H. C. Rawlinson (1810-1895) e P.-É. Botta (1802-1870), na esteira dos estudos desenvolvidos por J. Claudius Rich (1787-1821), representante da Companhia das Índias Orientais em Bagdad, nos inícios do século XIX.

Firmava-se, assim, a Assiriologia enquanto estudo específico de uma das inúmeras civilizações Pré-clássicas mencionadas nos registos bíblicos, a qual depois de ocultada durante milénios sob a vontade dos homens e dos desígnios transcendentais, ganhava, por fim, forma, *valor de antiguidade* e *valor histórico*, além de um novo *valor científico*, mesmo que, em 1874, ainda se escrevesse num dos periódicos nacionais ser “[...] possível que a parte de leão nestas descobertas, caiba em sorte ao Antigo Testamento.”⁴ Mas além disso, um dos episódios fundamentais deste processo revelar-se-ia o próprio *reconhecimento* de culturas perdidas na memória colectiva e nas páginas do Antigo Testamento, como seriam os casos do Elão e da Suméria, esta última originária da própria escrita cuneiforme.

Abria-se, assim, um novo campo de estudo e de saber, que de modo tão profundo, quanto irreversível modificaria a concepção do Mundo Antigo, do passado e da própria mundividência contemporânea.

Contrariamente à secular tradição e crença cristã, a herança greco-latina deixava de ser absoluta e única. No fundo, as investigações realizadas em território norte africano e levantino comprovavam uma das principais ideias insertas nas linhas bíblicas: a de que outras civilizações bastante mais antigas teriam atingido um inigualável esplendor e influenciado de modo indubitável a própria forma de pensar e de estar ocidental, e cuja essência se materializara na obra artística das suas populações. De facto, entendia-se que “A historia da Babylonia é a dos tempos primitivos do genero humano, commemorados nos livros sagrados. A cidade de Babylonia foi capital d’um dos mais poderosos e por certo do mais antigo dos imperios do mundo”⁵, cuja fundação se atribuía “[...] aos primeiros descendentes de Noé; [...]”⁶. Estabelecia-se, deste modo, uma espécie de “elo perdido” entre as

⁴ “A Biblia e a Assyriologia”, *Revista das Sciencias Ecclesiasticas*, t. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, p. 173.

⁵ “Tunulo de Zobeida”, *O Panorama*, vol. V, 3.ª série, Lisboa, se, 1856, p. 177.

⁶ “Babylonia”, *Idem*, vol. V, 3.ª série, Lisboa, se, 1856, p. 141.

clássicas civilizações mediterrânicas e as orientais, ao mesmo tempo que se propunha um certo afastamento do postulado linear de carácter europocentrista estabelecido por J. J. Wincklemann (1717-1768) sobre a evolução artística. Deste modo, a Europa principiava a reconhecer a enorme dívida que acumulara para com o Oriente onde, ao que tudo indicava, germinara o próprio pensamento ocidental, mesmo que se tentasse sempre relacioná-lo com as culturas mediterrânicas.

Mas não só.

Possivelmente mais importante do que reencontrar a vertente material de uma memória intangível, os terrenos do Próximo e do Médio Oriente revelavam uma verdade para a qual a mente e o espírito ocidentais ainda não se encontravam devidamente preparados para interiorizar e aceitar. Os alicerces do mundo judaico-cristão iriam ser profundamente abalados pelo infindável número de evidências geológicas e arqueológicas acerca da grande antiguidade humana, que era, assim, remetida muito para além do dilúvio bíblico e dos 6004 anos estabelecidos dois séculos antes pelo arcebispo J. Ussher (1581-1656), apesar de alguns autores nacionais persistirem em segui-los:

Mais de dois mil annos antes da vinda de Christo, cem pouco mais ou menos depois do diluvio, Nemrod, filho de Chus, neto de Cham, bisneto de Noé, fundou em Babylonia o primeiro imperio dos assyrios⁷.

No entanto, ainda em 1862 – e algum tempo depois do denominado *annus mirabilis* da Pré-história, mas a certa distância do seu reconhecimento mundial em plena Exposição Universal de 1867 – recomendava-se nalguns artigos portugueses que se procurasse “[...] combater os outros argumentos, que uma falsa sciencia quis achar na chronologia e na geologia para dar ao mundo uma antiguidade muito maior, do que aquella que lhe assignalam as narrativas mosaycas”⁸.

Mas o próprio reconhecimento desta evidência observada em registos arqueológicos e em camadas estratigráficas motivaria uma acesa discussão ao longo de décadas entre alguns dos mais notáveis intelectuais da época, nomeadamente de origem britânica. Predominada pelos dogmas anglicanos e pelo ascendente “vitorianismo”, a sociedade inglesa tentava arredar do seu seio qualquer influência proveniente do além-mar, onde o extremismo revolucionário perigava e questionava os seculares interesses de uma aristocracia arreigada aos valores campestres, numa época em que se associava o pretensão radicalismo científico ao fundamentalismo político. Mas se o conceito de *Homem Pré-histórico* era submetido a inúmeras

⁷ M., “Assyria”, *Idem*, vol. V, 3.ª série, Lisboa, se, 1856, p. 178.

⁸ D. M. Sotto Mayor, “Antiguidade do Mundo”, *Archivo Pittoresco*, vol. V, Lisboa, Typ. De Castro & Irmão, 1892, p. 390.

explanções no âmbito de uma atmosfera de ortodoxia irredutível, os estudos em território “bíblico” poderiam relativizar o conteúdo do Antigo Testamento e, por inerência, o de toda uma tradicional explicitação cristã sobre o lugar do *Homem* no mundo físico.

Despontou, então, um novo campo de investigação assente na leitura crítica das fontes do *Cristianismo* com vista à sua conformação às realidades exumadas e decifradas, mesmo que a “Inspiração Verbal” fosse questionada, tal como contestados tinham sido os textos da *Ilíada* e da *Odisseia*, os quais – concluíra-se – não derivavam de uma só pena nem de um só tempo e lugar. Constituiriam, antes sim, a súpula de múltiplas tradições legadas ao longo de séculos pela força da oralidade, com todas as consequências daí derivadas para a própria orientação quotidiana das populações ocidentais, milenarmente desenvolvida no âmago de uma religião interiorizada de modo quase acrítico. Havia, sobretudo, que sublinhar a relevância dos textos sagrados enquanto fonte histórica e, nalguns casos, aprofundar o entendimento dos episódios apenas conhecidos através da sua leitura, privilegiando-se a exploração das ruínas da antiga Assíria para ilustração bíblica com base num discurso metatemporal decorrente de uma análise orgânica dos fenómenos culturais.

Mas se os tesouros do Antigo Egipto foram eleitos pelos eruditos franceses após a campanha napoleónica contra o poderio britânico no Mediterrâneo, o Crescente Fértil foi essencialmente perscrutado até à década de quarenta de dezanove por individualidades inglesas, enquanto exerciam funções diplomáticas, tantas vezes dissimuladoras de missões de espionagem junto à *Sublime Porta*. Entretanto, entre finais dos anos quarenta e princípios dos cinquenta, foram exumados inúmeros monumentos, obras de arte e a própria biblioteca do rei assírio Assurbanipal (669-626) para enriquecimento do *British Museum*. Este facto despertou as autoridades francesas para a relevância de tais artefactos, não apenas para um maior e melhor conhecimento de uma realidade passada, como, sobretudo, para o combate cultural (entenda-se, político) que vinha disputando com a Grã-Bretanha. Contrariava-se, assim, e de certa forma, a tendência impressa por A. Mariette (1821-1881) na organização do património arqueológico egípcio através do Serviço de Antiguidades, além da própria imposição da ideia de constituir um museu nacional egípcio. Mas, para tal, havia que proceder a uma verdadeira revolução nas mentalidades europeias.

Foi, porém, no *Louvre*, em 1847, que se inaugurou o primeiro museu assírio europeu (sem, verdadeiramente, o ser), disposto ao longo do *Salon de Nineveh*, enquanto que a Inglaterra veria o produto das suas campanhas arqueológicas apenas em 1849, ano em que o *British Museum* consagrou algumas das suas galerias à exposição de antiguidades assírias, designadamente dos seus impressionantes baixos-relevos e, ainda, no *Nineveh Court* do *Fine Arts Courts* do *Crystal Palace*, quando este inaugurou em 1854. Mas estas demonstrações serviam de igual modo

para reabilitar uma das páginas mais simbólicas da tradição judaico-cristã, reapropriando-se vestígios daqueles que ditaram a sua má fortuna pela força de *Sodoma e Gomorra*, que *Deus* punira tão exemplarmente. Pré-ambulava-se, deste modo, em torno da *Terra Prometida*, para lá do próprio entendimento de *eukomenia*, em busca das (místicas) *sete maravilhas* do Mundo, essas verdadeiras elegias ao poder quase ilimitado da capacidade e da força humana, terrestre, em nome de algo transcendental, sem dúvida, um dos temas mais recorrentes do ideário romântico.

Os visitantes puderam, assim, percorrer os salões destas exposições temáticas, deslumbrando-se com uma expressão artística inédita, deveras dissemelhante de todas as conhecidas até então e amplamente reveladora da singular cultura que lhe dera forma. A Antiguidade deixava, por isso, de ser exclusivamente greco-latina e a Arqueologia fazia remontar muito para além das tradições bíblicas o início da espiritualidade ocidental. Pela primeira vez, era possível conhecer o quotidiano de sociedades há muito desaparecidas através da aplicação de métodos arqueológicos, eles próprios conformados às especificidades dos terrenos que as ocultavam. Desta maneira, abria-se o caminho à especialização da própria "Arqueologia científica", agora que se consolidava o fenómeno oitocentista de deslocação dos itinerários da latinidade europeia para o Norte cultural, onde se concentravam os principais centros do saber e da arte, embora moldados ao permanente ideal humano: o da busca do impossível traduzido na demanda medieval do *Paraíso* e do *Santo Graal*, da cidade ideal pelos renascentistas e do exotismo paradisíaco por parte de românticos e realistas, traduzida nas descrições de costumes, paisagens e monumentos, num esboço de contrastes civilizacionais.

Mas estas eram as páginas mais gloriosas e abnegadas. A realidade assumia, todavia, uma dimensão bastante mais profunda e encontrava-se acantoadada debaixo de uma estreita teia de interesses geo-políticos que a própria evolução histórica se encarregaria de revelar e transpor para o domínio público. A eles ficamos a dever todo o desenvolvimento operado nas ciências directa e indirectamente envolvidas no redescobrimento civilizacional do Antigo Próximo e Médio Oriente, com o qual o Ocidente continua a deslumbrar-se num sentimento de eterno encantamento perante uma realidade *inatingível*, mas ao mesmo tempo sonhada e desejada, como se tocasse o mais profundo do seu ser.

A partir do século XIX, a Arqueologia assumiria um lugar de destaque no enorme reforço da influência ocidental sobre estas regiões, elas próprias transformadas em autênticos palcos de disposições rivais de foro político, comercial e cultural, inicialmente acalentadas pela Inglaterra e pela França, seguidas de uma Alemanha movida por uma profunda aspiração imperial.

1. O IMAGINÁRIO ORIENTAL NA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Tal como a maioria das sociedades eruditas europeias da época, também a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (RAACAP)*⁹ manifestou desde muito cedo um óbvio interesse pelo estudo das antiguidades orientais, esforçando-se por acompanhar o desenvolvimento das campanhas arqueológicas empreendidas em solo da antiga Mesopotâmia.

Não era, contudo, propriamente uma novidade entre nós, pois Portugal vira nascer no seu território algumas personalidades que, em dado momento das suas vidas, partiram rumo ao Próximo Oriente, descrevendo ruínas que acreditavam materializar as glórias descritas nos registos bíblicos, depois de perpassarem o território santo em busca de lugares de memória, contemplação e ascetismo, norteados pelas narrativas do Antigo Testamento e, muitas vezes, sem suspeitarem da enorme riqueza soterrada que percorriam. Eram, no entanto, quase inexistentes os exemplos comparativos ao exercício dos vários nomes ingleses e franceses que começavam a singrar no seio das investigações do Mediterrâneo e Próximo Oriente Pré-clássico, mesmo que as viagens portuguesas de quatrocentos, quinhentos e seiscentos constituíssem o verdadeiro embrião do “Renascimento oriental” dos séculos XIX e XX, na sua perpétua *Peregrinação* pelo desconhecido, como obscuros tinham sido os caminhos cantados nos *Lusíadas*. Na verdade, a tradição nacional nunca se notificara, propriamente, pelo estudo de antiguidades, de um modo geral, e das reportáveis a outros países, em particular, para mais de fontes tão longínquas, como seria o Mediterrâneo Oriental. A tendência portuguesa fôra sempre a de perscrutar os vestígios da presença romana, a fim de *sobrevalorizar* a imagem de Portugal junto dos pares europeus e legitimar a política interna orientada por princípios absolutistas assentes num ideário iluminista.

Não se resumiria, todavia, aos territórios das florescentes culturas do Antigo Egipto e do Crescente Fértil a consideração que os nossos intelectuais do século do *devir* humano nutririam. Na realidade, a sua atenção concentrar-se-ia com igual significado no mediterrâneo fenício como uma das fontes fundamentais das particularidades da cultura europeia.

Será, no entanto, indismantível que, comparativamente aos estudos sobre a antiga Grécia, a Roma clássica e o antigo Egipto, os vestígios fenícios atraíram mais tardiamente o interesse dos investigadores europeus de oitocentos, animados pela

⁹ Para um breve olhar sobre as actividades desenvolvidas por esta agremiação oitocentista, veja-se Ana Cristina N. Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um Percorso na Arqueologia de Oitocentos*, Lisboa, A.A.P., 2003.

figura ímpar do arqueólogo, numismata e epigrafista francês L. F. J. C. F. de Saulcy (1807-1880), o verdadeiro fundador da Arqueologia bíblica. Os seus feitos científicos seriam de igual modo glorificados nalguns periódicos nacionais, onde, uma vez mais, a principal tónica era dada ao Antigo Testamento como fonte documental por excelência: “Mr. De Saulcy [...]. Achou com o auxilio dos textos *bíblicos*, da tradição arabe, e pela inspecção dos logares as ruínas de Sodoma, de Gomorra e das outras cidades da Pentapolis, e descreveu-as como archeologo experiente”¹⁰.

Tal como sucedera com as demais realidades históricas, também o passado desta singular civilização foi indagado de início com base numa análise cuidada de diversos exemplares numismáticos. Entretanto, em 1846, o viajante, arqueólogo francês e pioneiro da Hititologia, Ch. F. M. Texier (1802-1871), reconheceu a língua fenícia inscrita em dois fragmentos de uma laje, conhecida como “Tarifa de Marselha”. Seria, no entanto, necessário esperar pela descoberta, em 1855, do famoso sarcófago do rei Eshmunazor de Sídon (c. 489-475 a.C.) para que o mundo académico despertasse em definitivo para o estudo desta civilização única. Fornecendo a primeira inscrição encontrada no próprio território fenício, este evento abriu, no fundo, as portas à perscrutação sistemática da região, em busca de uma das inúmeras raízes da matricial cultura ocidental, que veria na missão dirigida pelo escritor, filólogo e arqueólogo francês E. Renan (1823-1892), entre 1860 e 1861, o seu primeiro expoente. E tal como sucedera com a referencial Expedição de Bonaparte ao Egipto, E. Renan acabaria por ser integrado por Napoleão III (1808-1873) na incursão bélica operada na Síria com o aval das autoridades britânicas para sufocar os massacres perpetrados pelos Drusos contra os cristãos, o que lhe permitiu utilizar a própria organização militar aos fins que concebera, e que contemplaram, por exemplo, a abertura de escavações em sítios arqueológicos tão importantes, como Marathus, Biblos, Sídon e Tiro. E, uma vez mais, estes empreendimentos científicos ilustrariam algumas páginas do periodismo nacional de oitocentos. Ainda que com um forte cunho romântico, mas também incontestavelmente influenciadas pelo espírito subjacente à teorização dos “ciclos civilizacionais” e da “queda dos Impérios”, em 1874 publicavam-se as seguintes palavras:

A vista d'estas ruínas deve convencer os nossos queridos leitores, que todas as cousas d'este mundo acabam tarde ou cedo, ainda que sejam poderosas [...] [sendo que] Muitas cidades celebres da antiguidade, e outras que ainda existem como Cadix, Carthago e Utica, foram edificadas pelos tyrios, que fundavam colonias nos paizes afastados, como hoje fazem os europeus nas outras regiões do globo¹¹.

¹⁰ “Viagem á Palestina por M. de Saulcy. Sarcophago de David. Exploração do Mar-Morto”, *O Panorama*, vol. XVIII, Lisboa, se, 1867, p. 326.

¹¹ “Ruínas de Tyro”, *Recreio Infantil*, n.º 1, Lisboa, R. Nova dos Martyres, 1874, pp. 10-12.

Ou, ainda, nesse outro artigo, onde se reforçava a ideia da perenidade existencial com base na observação das ruínas de glórias de antanho:

Quem hoje buscar Ninive, Babylonia, Persepolis, Ecbatna, Balbek e tantas outras que as injurias do tempo ou a mão do homem tem cruelmente assolado, ficará, certo, surprehendido de não achar em seu lugar senão restos informes de magnificencia, civilização e grandeza que essas cidades attingiram¹².

Na verdade, também esta missão arqueológica só poderá ser compreendida de modo pleno se a observarmos enquanto parte integrante da conquista destes territórios e da política colonial que a mesma preconizava, e da qual não deverá ser, nunca, dissociada, sob pena de se perder o real sentido destas novas movimentações imperialistas. De facto, para além da própria repetição simbólica do acto *Criativo*, Napoleão III pretendia restaurar o “Reino Árabe da Síria” como forma de alcançar futuramente o seu protectorado, o que, no entanto, nunca chegaria a concretizar-se devido à forte influência desfrutada pelos britânicos nestas paragens. Transferiria, então, este projecto tão ambicioso para o território argelino, onde iniciou uma política de miscegenação, como única forma passível de “regenerar” a raça árabe. Com efeito, parecia que a França só poderia aventurar-se por territórios tradicionalmente sob ascendência inglesa depois de ter consolidado as suas posições norte-africanas, como demonstraria, aliás, o reconhecimento do protectorado napoleónico sobre Marrocos, em 1912, e que Eça de Queirós (1845-1900) tão bem denunciaria com a sua habitual pena irónica:

Será possível, entre os grandes homens, não colocar logo, no melhor pedestal, Chateaubriand? E Champollion, que leu os hieróglifos dos monumentos do Egipto, e revelou ao mundo a antiguidade faraónica? Decerto Champollion é grande... Mas o marechal Bugeaud! O marechal Bugeaud, que, conquistando a Argélia, deu à França uma colónia magnífica!¹³

Fundador da arqueologia fenícia e criador do *Corpus Inscriptionum Semiticarum*, E. Renan configurou um determinado ideal de arqueólogo, no qual se deveriam congregar de modo fluente conhecimentos tão essenciais, quanto os linguísticos, históricos, arqueológicos, filosóficos e artísticos, sem os quais dificilmente se conseguiria ultrapassar a mera etapa técnica e penetrar no verdadeiro mundo da Arqueologia. Somente, assim, se poderia interpretar as observações registadas no terreno à luz de um contexto histórico muito preciso, sobretudo quando o interesse votado à Antiga Fenícia assentava em propósitos ideológicos muito específicos, designadamente de ordem religiosa.

¹² F. A. d'Almeida, “Cyréne”, *O Panorama*, vol. XVII, 2.º anno da 5.ª serie, Lisboa, se, 1867, p. 82.

¹³ Eça de Queirós, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, sd, p. 171.

Deambulando por entre os trilhos que deveriam reafirmar a milenar pretensão de soberania ocidental sobre os territórios do Próximo Oriente, as campanhas de E. Renan permitiram definir as ansiadas ligações estabelecidas entre as civilizações do Mediterrâneo oriental e ocidental, num processo de helenização das regiões levantinas. Era, por isso, imprescindível examinar os materiais exumados em *sítios*, como Biblos. E, no caso particular do diplomata e orientalista francês Ch. Clermont-Ganneau (1846-1923), seria de igual modo praticável determinar a influência directamente exercida por esta zona asiática sobre o despontar etrusco, ao mesmo tempo que se procurava testemunhar a veracidade bíblica através da abertura de novos campos de estudos semíticos, designadamente com a exploração dos territórios da antiga Fenícia, da qual fôra incumbido em 1881 pelo Ministério da Instrução Pública. Além disso, pareciam estar, então, finalmente reunidas as condições essenciais à revisão da teoria winckelmanniana sobre o expoente do *Belo* na Arte da Antiga Grécia. Entendida, agora, como um fenómeno evolutivo sujeito às mais díspares ascendências, alguns dos principais propugnadores da investigação semítica pretenderam elevar as regiões do Levante mediterrânico ao estatuto de encruzilhada civilizacional ao longo da Pré-história recente e do Mundo clássico. De entre eles, e a par do próprio Ch. Clermont-Ganneau – conservador do Departamento das Antiguidades Orientais do *Louvre* constituído em 1881 – figurava o arqueólogo, helenista e orientalista francês Léon Heuzey (1831-1922), que pretendia reconstituir as relações outrora estabelecidas entre o Mundo Grego e o Mundo Oriental. Definiu, então, a teoria de “acção de retorno”, segundo a qual teria existido uma permanente inter-influência entre a Grécia e o Próximo Oriente, que o próprio estenderia ao Mediterrâneo ocidental após autenticar as estátuas tartessas de *Cerro de los Santos* (1869), cujas reproduções o arquitecto português Possidónio da Silva (1806-1896)¹⁴ visionara na Exposição Universal de 1878.

Porém, esta questão não seria solucionada tão facilmente. Na verdade, ela pretextaria uma longa série de discussões, opondo os denominados “ocidentais” aos “orientais” em torno da “questão (creto)micénica”, sobejamente celebrizada ao problematizar a originalidade das civilizações pré-helénicas face às realidades culturais levantinas e mesopotâmicas. Mas a par destas teorizações, alguns autores pretendiam descortinar a presença de uma estreita relação que se mantivera entre as antigas culturas egípcia e fenícia (como, mais tarde, entre a Fenícia e os povos primitivos do Continente Americano¹⁵), que as escavações envidadas na localidade

¹⁴ Sobre a vida e obra desta personalidade, veja-se Ana Cristina N. Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória...*

¹⁵ Na página 154 do periódico nacional *O Novo Mundo* publicado em 1873, escrevera-se que “A sciencia moderna já está satisfeita com as provas da indubitavel influencia que os Phenicios exerceram na civilização

de Biblos e em Chipre – além da própria descoberta de Ugarit, em finais dos anos vinte – confirmaram, equilibrando os antigos debates ocorridos entre “Feniciomaníacos” e “Feniciofóbicos”. Foi o que sucedeu com o egiptólogo francês Pierre Montet (1885-1966), ao procurar testemunhos de tão fortes ligações nas escavações dirigidas em Biblos e Sídón, reavivadas após o término do primeiro grande conflito mundial, depois de terem sido retomadas em 1914. Pareciam estar, então, afastados todos os entraves que o Império Otomano colocara sucessivamente às pretensões ocidentais de efectuar escavações sistemáticas no território da Antiga Fenícia, à excepção da necrópole de Sídón, autorizada ainda em 1913, e que fôra objecto de um aturado estudo por parte do arqueólogo turco Osman Hamdy Bey (1842-1910), que descobrira uma outra necrópole real nas imediações de Saída.

Todo este contexto permitirá explicar o interesse que desde muito cedo se votou entre nós às investigações realizadas em torno da bacia mediterrânica, com evidente destaque para os territórios directa e indirectamente relacionados com a tradição bíblica. E a RAACAP dificilmente poderia ignorar todo este movimento, especialmente depois de alguns dos seus mais destacados membros terem frequentado exposições e congressos internacionais, que notificariam os principais protagonistas desta cruzada científica e exibiriam os seus valiosos resultados materiais, quer em termos históricos, quer artísticos. E constituído o seu núcleo museológico, o referencial *Muzeu Archaeologico do Carmo (MAC)*, nas ruínas da igreja do Carmo, em Lisboa, parecia, então, ter chegado o momento de repensar o seu acervo e equacionar a possibilidade de expor nas suas instalações exemplares ilustrativos de tão relevantes civilizações e culturas.

Foi, assim, que, em virtude das suas regulares deslocações ao estrangeiro para participação em reuniões científicas e da assídua correspondência que manteve com importantes representantes das emergentes ciências arqueológica, antropológica e etnográfica após a sua presença na matricial Exposição Universal de Paris de 1867, o histórico presidente da RAACAP, Possidónio da Silva, concentrou de igual modo a sua atenção no resultado das escavações empreendidas nestes territórios. E o Levante mereceu-lhe, sem dúvida, uma especial deferência. Foi, assim, que, em meados dos anos setenta, Possidónio recebeu uma carta do orientalista sueco, o Conde Carlo Landberg (1848-1924), onde este investigador o informava acerca do envio de três caixas contendo antiguidades com destino ao museu associativo a fim de serem estudadas por especialistas nacionais¹⁶. Entre outros objectos, fazia parte

dos povos primitivos deste continente [...] é que, como pensam muitos sabios, a mesma civilização da America seja devida originariamente aos Phenicios, assim como outros pensam que deva ser attribuida ora aos Malaios, ora ás dez tribuz de Israel que se perderam, ora aos habitantes de um grande continente que ao principio unia a Europa á America do Norte, ora, finalmente, aos proprios aborigenes do Novo Mundo.”

¹⁶ A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 82. 27/11/1875. Inédito.

do vasto espólio ofertado por este especialista um certo número de lucernas, artefactos executados em vidro, lacrimatórios e moedas. Mas, ao que tudo parece indicar, estes exemplares nunca seriam expostos nas salas do MAC, quaisquer que tenham sido as razões de tal evidência¹⁷. Não obstante, este episódio constitui um testemunho inequívoco do impacte que o desenvolvimento das explorações arqueológicas na região levantina obteve junto dos nossos mais ilustrados representantes, suscitando a sua curiosidade e o desejo de adquirir alguns dos seus mais referenciais testemunhos. Esforçavam-se, assim, por equipar a nossa capital com artefactos há muito patentes nos principais museus do “velho” Continente, congregando-se, deste modo, todos os esforços necessários ao avanço científico e literário necessário à sua equiparação ao nível dos demais países.

2. *CHERUSKIA*, O NAVIO DA DISCÓRDIA

2.1. A Alemanha em solo *Pré-clássico*

Até finais de oitocentos foram poucos os doutos de origem germânica que se aventuraram por terras da antiga Mesopotâmia em busca da “infância” perdida da História europeia, cujos laivos progressistas de fundamento hegeliniano lhes permitia o confronto permanente com o “outro”. Não que a Alemanha não tivesse assistido ao nascimento de investigadores empenhados no estudo das suas milenares culturas e decifração das respectivas línguas. Mas a supremacia científica no Norte de África, Próximo e Médio Oriente encontrava-se, sem dúvida, quase exclusivamente restrita às esferas britânicas e francesas, embora se agregassem a elas pontualmente alguns elementos de outras nacionalidades. Não era, contudo, possível olvidar as brilhantes páginas ilustradas com o incedível contributo fornecido por alguns românticos alemães de maior nomeada ao conhecimento e divulgação da Itália clássica e da antiga Grécia, designadamente através da referencial Glipoteca de Munique. Seria, todavia, necessário esperar pela proclamação do “Império (*Reich*) Alemão” (1871) após o término da guerra franco-alemã, pela acção do estadista O. von Bismarck (1815-1898) e pela visão de Guilherme II (1859-1941) para que o enorme crescendo industrial da sua sociedade fortemente pussianizada e o movimento do *Kulturkampf* estimulasse os intentos expansionistas da “Grande Alemanha” e contrariassem o crescente Pan-eslavismo. E de entre as regiões não-europeias visadas neste ambicioso projecto constavam, precisamente, o Norte de África e a pátria das

¹⁷ Esta ocorrência será desenvolvida no âmbito da tese de doutoramento que apresentaremos em breve à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ancestrais civilizações mesopotâmicas, cuja produção artística denunciava um profundo carácter despótico, tão do seu agrado. O que não seria, propriamente, uma novidade, pois as suas linhas arquitectónicas e gramáticas decorativas tinham inspirado profundamente diversos criadores oitocentistas, que introduziram alguns dos seus elementos em ambientes neo-goticistas, embora sem alcançar as proporções e a magia propiciadoras ao surgimento da “Egiptomania”.

E todo este interesse germânico não seria fortuito.

Tal como sucedera com a Inglaterra e a França, também a Alemanha privilegiaria estas zonas para escoamento dos produtos das suas jovens indústrias, que a própria segunda revolução industrial impusera. Mas estas áreas eram sobretudo palcos (caso dos Balcãs) onde perfilava todo um mosaico de interesses geo-políticos, tantas vezes transformados em ostentação militar e resolvidos em cenários bélicos. E, destes, a 1.ª Grande Guerra Mundial seria tão somente o lado mais visível de uma História europeia eivada de profundas contradições, rivalidades e sentimentos revanchistas de origens seculares, profundamente agravadas pelo processo industrial. Em seu nome, tecia-se uma complexa trama de alianças e acordos circunstanciais – tantas vezes secretos – com alguns dos ancestrais inimigos europeus, contra os quais a *Era Romântica* combatera a fim de recuperar para o imaginário ocidental uma herança que c(que)ria sua. Todavia, ao mesmo tempo que se libertavam populações geograficamente europeias, estabeleciam-se novas plataformas de apoio a uma expedição ao âmago do Império Otomano que, em meados do século XIX, se encontrava assaz moribundo. Seria através dos seus meandros que se pretenderia alcançar novos “mercados” e zonas de influência, como a vasta Rússia Czarista, ela própria considerada pela Inglaterra como a principal ameaça aos seus interesses económicos no continente asiático. Havia, por isso, que renovar o Império Otomano como forma de garantir o equilíbrio de forças que o Ocidente pretendia manter nesta zona politicamente tão sensível e crucial para o *devir* europeu.

Há muito que a Europa romântica se desligara de um certo enfoque colocado no estudo sistematizado das denominadas “antiguidades nacionais”, agora que os processos de *reunificação* idealizada de países como a Alemanha careciam de uma política consistente e fortalecedora do seu desenvolvimento interno e de um processo de congregação mais agressivo. De contrário, algumas das ideologias que povoavam o pensamento e a acção “positiva” e “realista” poderiam perigar os regimes políticos recentemente instituídos. Organizavam-se, por isso, campanhas políticas dissimuladas com intentos científico-culturais aos territórios eleitos pela força divina como berço da Humanidade, bem como aos outrora dominados pela *Razão* das civilizações clássicas, suas herdeiras directas. Proclamando-se como sua legítima guardiã, a Alemanha bismarckiana tencionava apoderar-se da vital geografia mediterrânea para funcionalidade dos seus desígnios imperialistas assentes em nítidos

pressupostos económicos e financeiros, que a realidade hitleriana reutilizaria já em pleno século XX através das escavações *reencetadas*, por exemplo, em Olímpia. Seria, no fundo, a única via possível de se afirmar em definitivo no xadrez político da época sem recorrer de imediato à acção bélica, ela própria passível de ser assim justificada e legitimada. E, na verdade, cedo se concluiria que a única forma de lhe sobreviver seria imperar-lhe.

Em finais do século XIX, a Europa confrontou-se com a unificação de uma Alemanha pós-Crimeia reforçada pelo poder militar e eficácia económica. O apogeu europeu no alvor do século XX germinava, assim, as sementes de uma discórdia que extravasaria a sua própria realidade. As vésperas do primeiro grande conflito mundial ensombravam irreversivelmente a *Belle Époque* que acreditara vãmente ter enterrado o fantasma da guerra em 1899, por ocasião da 1.ª Conferência Internacional de Paz.

Quanto aos epigrafistas, filólogos e arqueólogos, eles acompanhavam o espírito ampliador do *Reich*, entusiasmados que estariam com a possibilidade de vislumbrar *in loco* as preciosidades conhecidas através das reproduções inglesas e francesas e descobrirem outras tantas para glória da ciência alemã e gáudio dos seus súbditos. E em pleno *Fin de Siècle*, a antiga Mesopotâmia proporcionava-lhes a institucionalização de estruturas de apoio para realização destes seus intentos. À semelhança do que era praticado pelas principais potências industriais, o Império Alemão soubera transpor habilmente para o plano cultural os seus jogos de influência, criando, para o efeito, organismos arqueológicos tradutores da suas escolhas políticas. Fundou-se, então, o *Deutsche Institut für Ägyptische Altertumskunde*, em 1897, em grande parte graças à acção de homens tão iluminados, como os egiptólogos E. Brugsch (1873-1956), K. R. Lepsius (1810-1956) e J. Dümichen (1833-1894). Entretanto, o *Deutsche Orient Gesellschaft*, instituído em 1898 durante a viagem de Guilherme II ao Próximo Oriente, abriu de igual modo as portas iraquianas às campanhas arqueológicas alemãs dirigidas por Th. Wiegand (1864-1936) em Balbek até 1905, e onde, ainda em meados do século dezanove, se afirmava entre nós que “Entre Damasco e Tripoli da Syria, no valle do Libano, chamado El-Bequa (outr’ora *Coelesyria*) erguem-se as ruínas de Heliopolis, ou Balbeck, como hoje lhe chamam. Em parte alguma do mundo se encontram tão altos testemunhos da perfeição a que se elevaram certas artes na antiguidade”¹⁸.

Mas a ambição germânica assumiria nesta esfera um exemplo inaudito. Além disso, animava-os o sopro da pretensão de superioridade rácica sobre todas as outras nações, designadamente europeias. E à semelhança de tantos outros países e de crenças transmitidas ao longo de gerações junto de diversas monarquias ocidentais, também a Alemanha pretendia ser a real depositária do legado cultural da Antiga

¹⁸ “Ruínas de Balbeck”, *O Panorama*, vol. IV, 3.ª serie, Lisboa, se, 1855, p. 155.

Roma e, quase por inerência, da própria pátria bíblica. Remontou, então, a sua fundação aos actos heróicos do germânico *Arminius*, que servira as legiões romanas. Firmava-se, deste modo, a necessária aliança – política e sagrada – da qual cada monarquia parecia carecer para consolidar a sua posição no seu próprio seio e junto do palco internacional, onde se julgava e se decidia o futuro da Humanidade.

Na esteira do sucesso alcançado pela *Délégation en Perse*, o gabinete do *Kaiser* endereçaria as suas atenções para a exploração e restauro sistemático da antiga Babilónia (estimulada pela própria formação arquitectónica dos seus principais empreendedores), onde o investigador R. Koldewey (1855-1925), financiado por instituições germânicas, permaneceria desde 1899 até às vésperas do termino do primeiro confronto bélico mundial, em 1917, ano da tomada de Bagdad pelas tropas britânicas. Era uma nova realidade *recolocada* à luz do dia e ao conhecimento dos homens mediante a aplicação de novas metodologias, absolutamente incomparáveis aos trabalhos realizados em Pompeia e Herculano em pleno século XVIII. O interesse do *Reich* pela vastidão da antiga Mesopotâmia não se circunscreveria, no entanto, a estas duas localidades. Entre 1902 e 1914, W. Andrae (1875-1956) dirigiu os trabalhos arqueológicos em Assur, antiga capital da Assíria, onde, à semelhança da prática instituída em Susa pelo arqueólogo francês J. J. M. de Morgan (1857-1924) e, posteriormente, aperfeiçoada por W. M. F. Petrie (1853-1942) e R. Koldewey, procedeu a um registo minucioso e a rigorosas escavações estratigráficas com vista à reconstituição leal das diversas estruturas exumadas com base nos procedimentos implementados pela Arqueologia Pré-histórica.

Tal como no plano político, a concorrência arqueológica mantida entre os países ocidentais de “primeira linha” atingia proporções nunca observadas até então, instigando a constituição de missões permanentes em redor da bacia mediterrânica e de delegações na Ásia Ocidental. É, precisamente, neste contexto que se deverá entender o acordo assinado secretamente em 1899 entre o Império Otomano e a Alemanha de Guilherme II, autorizando os museus de Berlim a permanecerem com metade dos objectos e a guarda dos monumentos escavados em Milet, Baalbek e Babilónia. Na verdade, as ligações perigosamente mantidas entre estas duas potências prevaleceriam ainda em plena 1ª Guerra Mundial. Entre 1916 e 1918, o já citado Th. Wiegand (*vide supra*) desempenhou um papel fundamental na aplicação da *Kulturpolitik* em solo turco, em estreita colaboração com o comandante da sua quarta armada, A. Djemal Pasha (1872-1922), revestido que se encontrava dos poderes conferidos ao cargo de inspector das antiguidades orientais. Esta “cooperação” seria reforçada a partir de 1919, quando as tropas inglesas abandonaram Bagdad e, por consequência, a própria revolta árabe contra o longo domínio turco na região.

Mas não era a primeira vez que um conflito bélico condicionava o normal desenvolvimento das investigações arqueológicas no terreno. Em meados do século

precedente, a Guerra da Crimeia obrigara à suspensão das actividades inglesas e francesas nos territórios da antiga Mesopotâmia, abrindo, pela primeira vez a uma escala sem precedentes, as portas às pilhagens e ao tráfico de antiguidades, numa realidade que se tornaria endémica na contemporaneidade ocidental.

2.2. Uma carga preciosa em águas olisiponenses

Numa altura em que o assalto ao Museu Nacional de Bagdad atraiu todas as atenções e motivou (e continua a motivar) um profundo repúdio por parte de especialistas e de gentes sensíveis à relevância dos objectos furtados para a preservação da memória colectiva, pareceu-nos interessante divulgar um evento que permaneceu desconhecido e/ou olvidado ao longo de quase uma centúria. Os paralelos, podemos, provavelmente, encontrá-los no ambiente pós-Guerra da Crimeia (entre 1853 e 1856), quando a suspensão das actividades arqueológicas inglesas e francesas na antiga Mesopotâmia deram lugar aos furtos e ao crescendo dos mercados paralelos de antiguidades

Nos inícios do século XX, e a fim de concretizar a sua política expansionista e garantir os seus interesses ultramarinos, a Alemanha fortaleceu a Marinha de Guerra através da acção bélica de A. von Tirpitz (1849-1930) no âmbito da *Weltpolitik*. Não conseguiria, porém, anexar outros territórios extra-europeus para além dos obtidos durante as crises observadas no processo geral de partilha do Mundo. Entre as poucas posições sólidas que manteria no Próximo e Médio Oriente listava-se a concessão dos caminhos de ferro de Bagdad, absolutamente cruciais para a importação de matérias primas e exportação de excedentes da produção alemã, tal como ocorrera com o domínio britânico sobre o território do Antigo Egipto. Pertencendo desde meados do século XVII ao Império Otomano, durante a 1.ª Guerra Mundial o actual território iraquiano encontrava-se sob influência directa do *Reich* alemão, numa realidade geo-política designada por “eixo Berlim-Bagdad”, que fôra formada pelos “impérios centrais” e reforçada pela entrada da Bulgária no conflito. Bagdad constituía parte integrante do Império Otomano que dependia, assim, económica e financeiramente da Alemanha.

Depois de se ter aventurado cientificamente no Iraque, a Alemanha acordaria com o Império Otomano o início da exploração de um traçado construído a suas próprias expensas, que determinaria o desenrolar de alguns episódios fundamentais da 1.ª Grande Guerra. Efectivamente, o projecto do *Bagdabahn* traduzira-se no lançamento de um troço de caminho de ferro destinado a ligar, de modo vital, o principal polo urbano iraquiano ao único porto de águas profundas do território, Bassorá, o que permitira, aliás, a descoberta de sítios arqueológicos tão indispensáveis para a

compreensão da Pré-história oriental, como o *sítio* de *Tell Halaf*, no Noroeste sírio, identificado pelo arqueólogo alemão Max von Oppenheim (1860-1946). Possibilitava-se, assim, a sua definitiva inserção na famosa “rota das Índias”, contra a qual se tinham oposto de forma tão acérrima os interesses político-económicos britânicos. E a partilha deste comércio ocorrera expressivamente no mesmo ano em que se fundava o já mencionado *Deutsche Orient Gesellschaft* que via, então, os seus intentos científicos e coleccionistas francamente facilitados. Mas este plano confirmava também uma outra realidade: a da estreita aliança entre os estudos arqueológicos e o desenvolvimento industrial, que há muito se estabelecera nos horizontes ocidentais e preconizaria (embora, talvez, inconscientemente) os actuais “estudos de impacte ambiental”.

E nas antevésperas do despontar do primeiro conflito mundial, o Império alemão reforçava a sua posição geo-política nestas regiões milenares. Pela primeira vez na História da investigação arqueológica nesta vasta zona, os arqueólogos alemães preponderavam sobre os ingleses, franceses e norte-americanos, como nos casos de Samarra – descoberta por E. Hertzfeld (1879-1948) no vale do rio Tigre, a norte de Bagdad – e de *Warka-Uruk*, no sul mesopotâmico, onde se destacaria a figura do arqueólogo J. Jordan (1877-1945).

Mas esta expansão não se resumiria à antiga Mesopotâmia.

Em declarado confronto com os interesses económicos e geo-políticos da coroa britânica, a Alemanha reunificada assumiria definitivamente a sua intenção de conhecer os países bíblicos através da fundação, entre 1876 e 1877, do *Deutsche Verein von heiligen Lände* e do *Deutsche Verein zur Erforschung Palästinas*, num evidente contraponto ao *Palestine Exploration Fund*, constituído na cidade de Londres em 1867. A sua fundação permitiu o relançamento da investigação arqueológica em terras sírias, que a guerra deflagrada entre as coroas francesa e prussa interrompera. Fortalecido com os acordos firmados com a *Sublime Porta*, numa aliança que visava dirimir a influência czarista na zona e a supremacia deste novo “eixo” no Mediterrâneo oriental, o Império Alemão desenvolveu toda uma estratégia que pretendia assentar em pressupostos tão concretos, quanto transcendentais. Ao materializar os principais episódios do Antigo Testamento, enquanto se recuperava para a memória histórica uma ancestralidade ausente no “Grande Livro”, os políticos germânicos aspiravam à reconstituição do seu próprio passado estreitamente relacionado com as grandes civilizações bíblicas, verdadeiras precursoras da cultura grega e da essência europeia. Sabemos, no entanto, que o carácter demasiado forçado destes intentos estimularam o desenvolvimento da investigação pré-histórica, a única que, no entender de G. Kossina (1858-1931), poderia, de facto, comprovar a superioridade rácica dos germânicos, nomeadamente sobre os povos eslavos.

E, pouco tempo antes do início do primeiro grande conflito bélico, já se dese-

nhava a partilha que ocorreria no Próximo Oriente após o seu termino. Com a vitória aliada, a Síria e o Líbano permaneceriam sob o protectorado francês, enquanto a fortuna iraquiana e palestiniana seria ditada pela administração britânica. Nalguns casos, esta resolução permitiu arredar a – indesejada – influência alemã que se fazia sentir na zona, designadamente através das actividades empreendidas por algumas sociedades arqueológicas.

Assim, em pleno primeiro conflito mundial (1914-1918), a Associação dos Arqueólogos Portugueses teve conhecimento da provável existência de cerca de cento e quarenta e oito arcas depositadas no armazém geral franco de Alcântara, que se supunha encerrarem artefactos arqueológicos e artísticos provenientes do Próximo Oriente, pertencentes à carga do vapor alemão *Cheruskia*. Esta embarcação teria saído de Bassorá com destino à Alemanha, possivelmente depois de as peças terem sido transportadas através do rio Tigre desde Bagdad até Mossoul, que seria ocupada pelas tropas britânicas em 1917, tal como sucederia com Kirkuk no ano seguinte. Na verdade, o país permaneceu sob mandato inglês ao longo de um ano até à proclamação do Reino do Iraque, em 1921. Mas, até então, Bassorá era um destino diplomático, por excelência, pois era a partir do seu centro (tal como tem sucedido actualmente) que vários estudiosos de renome internacional coordenavam campanhas arqueológicas, como no caso das escavações promovidas pelo francês G. Ch. E. Ch. de Salzec (1837-1901) em *Tello*, que trariam à luz do dia vários milhares de tabuletas inscritas.

Na verdade, o episódio do *Cheruskia* transformara-se num assunto bastante delicado, pois colocaria em causa algumas questões importantes de ordem política e diplomática que urgia solucionar da melhor forma possível a fim de evitar desentendimentos entre algumas das principais nações beligerantes da época, agora que o Império Otomano fôra desmembrado. Uma dessas problemáticas dizia directamente respeito ao trânsito de antiguidades entre diferentes países, enquanto que os exemplares do mítico passado pré-Europeu continuavam a engrandecer as salas dos principais museus ocidentais e a consagrar os textos bíblicos e a infinita justiça do *Deus* judaico-cristão. Para além do periclitante momento então vivido, o facto de se transportarem artefactos pertencentes à Antiga Assíria para um destino, presumivelmente, europeu, questionava, sobretudo, várias das anteriores directrizes claramente emanadas da *Sublime Porta*. Muito possivelmente inspiradas nos procedimentos defendidos por A. Mariette para a preservação dos monumentos do Antigo Egipto, as autoridades turcas tinham promulgado, em 1889, uma lei específica sobre antiguidades, proibindo a sua saída dos termos que dominava sem o correspondente consentimento, enquanto o conservador do Museu de Constantinopla, O. Hamdy Bey, constituía um serviço de protecção patrimonial e fiscalização arqueológica. Não obstante, a realidade no terreno demonstrava bem como estas intenções falhavam num Império

que parecia ser demasiado extenso para afastar pretensões exógenas de foro hegemónico, a falta de escrúpulos por parte dos líderes locais e a ambição de populações há muito subjugadas. Não se evitou, assim, o saque operado em territórios, como o sírio, onde, até à instauração do Alto Comissariado e do Serviço de Antiguidades por parte das potências mandatárias (Inglaterra e França), se abria caminho à destruição perpetrada por amadores unicamente interessados em exumar tudo o que pudesse ser facilmente valorizado no crescente mercado ilícito das antiguidades.

Foi, assim, que, perante um facto tão inusual, quanto interessante, os principais membros da – agora – Associação dos Arqueólogos Portugueses¹⁹ tomaram a iniciativa de discutir entre si a fortuna mais apropriada destes importantes objectos com base numa análise criteriosa dos princípios do direito internacional prevalentes em plena 1.ª Grande Guerra Mundial.

Defendendo que, tal como a restante carga existente a bordo do navio, os volumes em causa deveriam ser considerados *bôa presa*²⁰, a Associação, na pessoa da sua Direcção, decidiu dirigir-se ao Governo português a fim de requerer que os referidos objectos fossem incorporados num espaço museológico de carácter público, como forma de enriquecer de modo assaz notório as colecções arqueológicas e artísticas existentes entre nós. Além disso, o aprisionamento da embarcação enquadrava-se na perfeição na política britânica estabelecida durante este primeiro conflito beligerante de dimensão mundial. Conhecendo com certa profundidade as enormes dificuldades financeiras com as quais o Governo de Afonso Costa (1871-1937) se vinha debatendo há algum tempo, a Inglaterra prontificou-se, por fim, em Fevereiro desse mesmo ano, a emprestar a quantia de que o seu Gabinete necessitava em troca da captura dos barcos alemães que procurassem refúgio nos portos portugueses. Mas este procedimento só foi concretizado depois de a velha *Albion* ter acedido invocar a antiga aliança anglo-portuguesa, uma das poucas estratégias vislumbradas por Portugal para que a sua jovem República pudesse ser devidamente reconhecida no amplo e intrincado palco das relações internacionais. Só, então, a Alemanha declarou guerra ao nosso país. Porém, o envolvimento directo de Portugal neste conflito bélico fôra tão somente um meio encontrado para fazer face a algumas pretensões imperialistas britânicas. De facto, o poder político nacional temia que a nossa “velha” aliada utilizasse alguns dos principais territórios coloniais portugueses na mesa das negociações de paz, embora o primeiro projecto nesse sentido tivesse sido delinado pela própria Alemanha que, ainda em 1914, contemplara a obtenção dos

¹⁹ Assim denominada após a instauração do regime republicano e a constituição autónoma da Associação dos Arquitectos Portugueses.

²⁰ A.H.J.A.A.P., *Actas da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses (10/12/1912-10/03/1917)*, 16/11/1916. Inédito.

territórios de Angola, do Norte de Moçambique, de Cabo Verde e dos próprios Açores e Madeira, após a eventual firmação de um tratado de paz. Mas apesar de se levantarem várias vozes contra a Alemanha bismarckiana, muitas outras opunham-se profundamente ao envolvimento do país numa contenda que ninguém parecia, de facto, desejar.

Apesar de alguma desorientação que caracterizou as decisões governamentais lisboetas imediatamente após o deflagrar do conflito (28 de Junho de 1914) o poder português reafirmou, a 7 de Agosto, a tradicional aliança com a Inglaterra, sem declarar, no entanto, guerra à Alemanha, embora tivesse entrado nela oficiosamente logo no início, nos territórios que dominava em solo africano, para onde fizera embarcar uma expedição militar logo em Setembro desse ano. Na verdade, parecia que o novo regime fazia depender a sua sobrevivência político-ideológica das boas relações que pretendia manter com a ilha dos feitos arturianos, ultrapassadas que estariam as tormentas despontadas com o *Ultimatum Inglês* que o próprio Integralismo Lusitano parecia querer olvidar. E, coincidência, ou não, o primeiro gabinete político a reconhecer oficialmente a jovem República portuguesa foi, precisamente, o do representante do Reino-Unido, através do qual se intentava enfrentar as crescentes pretensões hegemónicas evidenciadas pelo poder alemão e espanhol. E depois de ter colocado as suas tropas no cenário de guerra, em 1916, Portugal principiou, a pedido de Londres, a apreender as embarcações alemãs fundeadas nos portos nacionais, como forma de sufocar as sucessivas afrontas germânicas lançadas contra o domínio naval britânico e de minimizar a sua poderosa frota submarina, com a qual tentara desafiar os seus tradicionais circuitos comerciais marítimos.

Mas quanto às peças, propriamente ditas, as antigas civilizações do Próximo Oriente encontravam-se, de facto, escassamente representadas nos museus nacionais²¹, ao contrário do que sucedia nas principais colecções europeias, mercê das campanhas arqueológicas promovidas pelos seus governos desde meados de oitocentos. Na verdade, também a prática museológica revelara-se um dos palcos privilegiados de contracenação dos principais interesses políticos europeus do século XIX. Representando duas realidades ancestrais e fortemente apoiados pelos respectivos poderes políticos, o *British Museum* e o *Louvre* entraram numa estonteante concorrência para obtenção das antiguidades que mais notabilizassem o seu próprio poder imperial e a força da sua intelectualidade. Em 1897, e traduzindo o pensamento de muitos literatos nacionais relativamente a – mais – esta discrepância cultural, José

²¹ De facto, a maioria das escassas peças representativas das culturas do Próximo e Médio Oriente integravam algumas colecções de nomes particulares, como os de Bustorff Silva e de Barros e Sá, todas elas formadas já em pleno século XX, algum tempo depois do evento brevemente aqui analisado. (*Um gosto privado. Um olhar público*, Lisboa, IPM, 1995)

Leite de Vasconcelos (1858-1941) escreveu que,

Lá fóra os estudos archeologicos e em geral os ethnographicos são muito estimados e cultivados: a França, a Allemanha, a Italia sustentam missões scientificas e escolas em Athenas e em Roma, para estudarem os monumentos archeologicos d'estas duas capitaes do mundo classico: outras missões europeias há na Africa, na Asia Menor, na Persia, na India; por toda a parte se criam grandes museus, se fundam sociedades, se publicam jornaes e riquissimos livros, se abrem cursos. Este movimento do mundo civilizado chega apenas a Portugal pouco mais do que em echo; o pouco que se faz cá é quasi sempre devido apenas aos esforços de um ou outro individuo ordinariamente insulado²².

E, tal como sucedia nestes países, os mais notórios dirigentes associativos acalentavam uma evidente esperança de que através da inserção de um tão vasto e diversificado número de objectos nos nossos museus se promovesse, por fim, o interesse científico pelas culturas descritas no Antigo Testamento, estimulando a especialização linguística, ao mesmo tempo que o estudo das suas instituições políticas e sociais, crenças e práticas religiosas, expressões artísticas, usos e costumes quotidianos e respectivas actividades económicas. Longe estavam, com efeito, os anos em que, ainda demasiado colados ao modelo winckelmanniano, vários estudiosos ocidentais entenderam os artefactos assírios como destituídos de qualquer valência artística, comparativamente aos mais ilustres exemplares dos territórios da Antiga Grécia e Roma. Na verdade, figuras como a do arqueólogo inglês Austen H. Layard (1817-1894), opuseram-se de modo assaz veemente a este movimento, aproximando-se, pelo contrário, dos denominados *Pré-Rafaelitas*, designação pela qual ficariam conhecidos os anti-classicistas. Além disso, a exposição dos objectos assírios apesados em Lisboa poderia ilustrar a própria passagem dos tempos, a evolução histórica a partir das mais profundas raízes da civilização ocidental, mesmo que uma tal visão não corroborasse os anseios mais secretos de relacionar solidamente a sua descoberta com todas as histórias inscritas no Antigo Testamento. Além disso, esta consideração parecia coadunar-se ao que o escritor António Sérgio de Sousa (1883-1969) afirmara em 1914: “Na decadência nacional ou no esplendor, há sempre o culto do passado. A nossa história lhe demonstra: onde houve idolatria do passado como no Portugal da decadência? Nas épocas de fraqueza, porém, esse culto é frio, retórico, bolorento, como a própria alma do presente; e nos tempos de vigor é vivo, forte, ditirâmico, como a própria alma que o fabrica. *Não são as energias do passado que suscitam as do presente, mas as energias do presente que ressuscitam as do passado* [itálico nosso].”²³.

²² José Leite de Vasconcelos, “Museu Municipal de Braga”, *O Archeologo Português*, n.º 4, t. III, Lisboa, Museu Ethnologico Português, 1897, p. 80.

²³ António Sérgio, “Regeneração e Tradição, Moral e Economia”, *A Águia*, s. II, n.º 25, 1914, pp. 1-9.

Mas a importância da aquisição de tão ilustrativas peças poderia assumir outros contornos. Com efeito, os associados entendiam que a sua figuração em museus nacionais poderia conduzir a um aumento do número de visitantes atraídos pela originalidade e raridade das peças apresentadas. Contribuiriam, desse modo, não apenas para o crescimento financeiro das instituições que os expusessem, como para o engrandecimento do prestígio que pretendiam granjear ao nível nacional e internacional. E podia ser que as próprias instituições eclesiásticas se interessassem por este assunto, cuja natureza poderia contribuir para o projecto que acalentavam desde a implementação republicana de restaurar a fé cristã na sociedade portuguesa, que o episódio mariano do ano seguinte consolidaria.

Não obstante, e mesmo que remotamente, não afastavam a possibilidade de as autoridades germânicas reclamarem a devolução legítima do conteúdo apresado, o que poderia impedir a sua inclusão num qualquer museu português. E foi ao equacionar este eventual cenário que a Associação entendeu que o Governo português deveria, pelo menos, assegurar as condições necessárias à exibição temporária de todos aqueles exemplares que, pela sua natureza intrínseca, oferecessem maior interesse junto de um maior público visitante. E se, por qualquer motivo inesperado, fosse impossível viabilizar tal pretensão, os sócios requeriam que o seu exame fosse facultado a todos os investigadores empenhados no estudo das civilizações que os teriam concebido, produzido e fruído. Mas além de ser um repto lançado a favor do progresso dos estudos arqueológicos entre nós, a Associação pretendia de igual modo despertar desta forma os poderes políticos para um motivo de tão notória excepção, que poderia influir positivamente no ambiente cultural vivido no – e pelo – país, numa altura em que a instabilidade política parecia ser uma regra constante²⁴.

Imbuída deste espírito e desta convicção, a Direcção associativa decidiu entregar uma exposição ao Ministro das Finanças, para que fizesse valer a sua posição governamental e interferisse directamente em tão pertinente assunto. Porém, a Associação não se moveu isoladamente. Ciente da força que a opinião pública poderia assumir em casos similares, os seus órgãos dirigentes promoveram várias acções particulares com o objectivo de alcançar uma abrangente plataforma de apoio a esta sua interpelação. Quer pelo lugar de destaque que desde cedo assumira no seio da sociedade intelectual regeneradora do país, quer pelo facto de os seus mais destacados membros pertencerem às principais instituições culturais portuguesas, tanto públicas, quanto particulares, o associativismo erudito parecia ter alcançado, uma vez mais, alguns dos seus primaciais intentos. É o que parece comprovar o facto de o presidente da conhecida “Sociedade de Propaganda de Portugal” ter de igual modo manifestado ao Governo a sua intenção de conjugar todos os esforços no sentido de

²⁴ *Ibid.*

assegurar a permanência dos mencionados artefactos em território nacional, o que evidenciava bem a forma como os seus membros perfilhavam a orientação definida pela Associação dos Arqueólogos sobre este assunto tão singular.

Esta questão parece, no entanto, ter caído no mais completo esquecimento e indiferença institucional, pois o assunto seria retomado no seio associativo dois anos volvidos, durante os quais se assistiria às mais acesas polémicas em torno do papel desempenhado por Portugal na 1.ª Guerra Mundial e do descrédito em que o Governo nacional entretanto tombara, como denunciava o *Rol da Desonra*, panfleto anónimo distribuído nas ruas de Lisboa em finais de 1917. Além disso, os anos que se seguiram ao aprisionamento do *Cheruskia* revelaram-se pouco propícios ao aprofundamento de assuntos culturais entre nós, sobretudo de todos aqueles que implicassem a resolução de questões de direito internacional de contornos tão delicados quanto este. De facto, a Europa deixara amargamente para trás os tempos áureos de auto-suficiência económica, e os ataques alemães às embarcações procedentes da Austrália e da América do Norte interromperam a habitual importação das matérias-primas e dos produtos industrializados absolutamente vitais ao “velho” Continente. Mas, infelizmente, as fragilidades europeias não foram apenas originadas pela acção humana. De facto, o rigorosíssimo Inverno que fustigara o território europeu entre 1916 e 1917 agravara sobremaneira a, já de si, precária situação económico-social do “Velho Mundo”, que os inúmeros e crescentes golpes de Estado não melhoravam. Pelo contrário, parecia que a instabilidade político-social se transformara numa fatalidade quotidiana. Em Lisboa, este ambiente propiciaria o surgimento de uma longa série de contendas e comportamentos extremistas, a raiar as próprias franjas anárquicas, num tortuoso processo finalizado com a queda do “afonsismo” e a implantação do “sidonismo”, na sequência da sublevação militar ocorrida em 5 de Dezembro de 1917. Mas também este período seria breve. E se o término do primeiro conflito bélico à escala mundial parecia alimentar algumas esperanças mais recônditas, o mês de Novembro de 1918 denunciaria os gravíssimos problemas sentidos na esfera da subsistência pública e Dezembro ditaria o fim de Sidónio Pais (1872-1918) – acusado de ser “germanófilo” – e da “Nova República”.

Serenados que se encontravam alguns espíritos política, ideológica e socialmente inquietos, o ano de 1919 pôde, finalmente, assistir à retoma da questão sobre as antiguidades apressadas no interior do vapor *Cheruskia*. Por esta altura, um dos consócios, Frederico G. G. Perry Vidal (1889-1953), referiu, numa das sessões plenárias da Associação, encontrar-se em condições de fornecer algumas informações mais detalhadas sobre o assunto, porquanto, embora imerecidamente – no seu entender – fôra nomeado pelo juiz-presidente da 1.ª vara do Tribunal do Comércio de Lisboa para avaliar e descrever pormenorizadamente tão preciosa (ao que parecia) carga. Depois de, em 14 de Agosto, ter obtido o mandado que lhe conferia todos os

poderes necessários ao início desta sua missão, tentou verificar de imediato as condições em que se encontravam armazenados os 448 caixotes, nos quais se guardariam diversas “preciosidades assírias”. Deparou-se, todavia, com a inesperada impossibilidade de inspeccionar convenientemente os volumes no local onde se encontravam armazenados, como fôra, aliás, acordado com a “Exploração do Porto”. Mas não desanimou. Dirigiu-se de imediato ao juiz da 1.^a vara do Tribunal do Comércio de Lisboa para que este autorizasse a transferência das caixas para um local onde pudessem ser abertos em segurança e o seu conteúdo minuciosamente analisado, sugerindo, para o efeito, que se requisitasse a Sala do Risco, no Terreiro do Paço, ou o Palácio Mayer, junto à Avenida da Liberdade, que fôra distinguido em 1902 com o “Prémio Valmor”.

Entretanto, o período de férias, correspondente aos meses de Agosto, Setembro e Outubro, assumiu contornos algo penosos para o desenvolvimento interno do país, o que acabaria por condicionar o desenrolar de todo este processo. De facto, a inspecção dos objectos seria remetida para os idos de Novembro, apesar das diligências movidas por P. Vidal junto da Intendência dos Bens dos Portos Nacionais e do próprio Tribunal, que só a 26 de Outubro daria andamento à informação que solicitara oficialmente semanas antes. Era, no entanto, um adiamento relativamente compreensível em face da profunda instabilidade política então vivida entre nós, pautada por sucessivas revoltas e proclamações de cariz monárquico, a par de inúmeras greves e ajuntamentos ocorridos na cidade de Lisboa em finais de 1919 para obtenção de bens de primeira necessidade, que em nada facilitavam as decisões e os projectos governamentais.

E para acentuar todos os imprevistos e vicissitudes, a resposta entregue ao consócio P. Vidal sublinhava, de modo assaz lacónico, que a mencionada Intendência não dispunha dos meios requeridos. Este enunciado surpreendera, porém, P. Vidal, pois, aos imóveis anteriormente referidos, fizera questão de adicionar a indicação do Palácio Saldanha (entretanto adquirido pelo Ministério das Colónias) como um dos locais passíveis de serem utilizados para a avaliação do conteúdo dos caixotes, já que, em breve, aquele conhecido edifício integraria a lista dos “bens nacionais”. Seria, pois, relativamente fácil ao Estado dispensá-lo para a finalidade estipulada, mesmo que a título temporário, assim o pretendesse e se encontrasse verdadeiramente empenhado na resolução deste assunto. E nada parecia indicar o contrário. Na verdade, e talvez pela primeira vez no desenrolar de todo este longo processo, o Governo português deu sinais de estar, ele próprio, interessado em adquirir o conteúdo inserto nos contentores apresados no porto de Lisboa desde 1916. Terá sido nesse sentido que aconselhou o mesmo P. Vidal a consultar um avalista indicado pela própria Intendência dos Bens dos Portos Nacionais, para examinar e estipular uma soma final, que se desejava comportável, atendendo às reais possi-

bilidades do Gabinete do Primeiro-ministro do presidente António José de Almeida (1866-1929) e coadunável aos interesses nacionais. Esta aparente precipitação decorreria de uma certa convicção geral, segundo a qual Portugal se via impedido de cumprir atempadamente a missão que lhe fôra, deste modo, confiada. Na verdade, a escassez de investigadores na área dos estudos orientais parecia confirmar este receio. De facto, a falta de especialistas em antiguidades orientais dificultaria seriamente toda a acção inerente a uma aturada descrição dos objectos guardados e, sobretudo, a sua criteriosa avaliação. Todavia, para P. Vidal, estas não seriam mais do que meras falsas questões, discordando em absoluto com as razões assim enunciadas. E apesar de tencionar concretizar a tarefa que lhe fôra designada pelo juiz-presidente, este notável membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses oficiou-lhe o seu mais veemente repúdio pelos aparentes entraves que lhe eram sucessivamente colocados²⁵.

Poucos dias depois, seria a vez de o famoso historiador da cerâmica portuguesa José Queirós (1856-1920) tomar a iniciativa de aflorar o assunto, então reavivado pelos crescentes rumores que circulavam sobre o desaparecimento de alguns dos contentores armazenados três anos antes, e cuja responsabilidade P. Vidal imputava exclusivamente ao Administrador do Porto de Alcântara. Analisando com certa cautela as notícias entretanto publicadas nalguns periódicos, J. Queirós considerou a eventualidade dessa perda referir-se, antes de mais, ao extravio de alguns objectos, e não, propriamente, de caixas completas, ao mesmo tempo que tentava desfazer qualquer ideia que pudesse relacionar tal episódio à acção malevolente de cidadãos nacionais.

Não será, talvez, despiciendo questionar as razões que o terão induzido a uma semelhante conclusão. Seria o facto de os estudos orientais não se encontrarem razoavelmente implementados entre nós? Talvez a ausência de artefactos ilustrativos das milenares civilizações mesopotâmicas nos nossos espaços museológicos? Ou, antes de mais, a evidência de que a esmagadora maioria da população desconhecia, por completo, o real valor de tais objectos? Não sabemos. Parece-nos, contudo, no mínimo peculiar que este investigador se demonstrasse tão convicto da natureza inocente da população portuguesa em todo este acontecimento. É possível que este estudioso da azulejaria nacional considerasse improvável que se concretizasse o furto dos objectos unicamente para figurarem em museus nacionais em razão da enorme possibilidade de os seus mentores e executantes poderem ser rapidamente denunciados e localizados. Em todo o caso, havia que reconhecer que, independentemente das opções tomadas, os usurpadores teriam sempre mercados garantidos para o fruto das suas actividades ilícitas. Com efeito, para além dos próprios colec-

²⁵ *Ibid.*

cionadores particulares, seriam vários os museus estrangeiros que estariam dispostos a obter tais preciosidades, sobretudo agora que o conflito bélico terminara e o interesse pela valência económica da prática museológica parecia reavivar-se e fortalecer-se no âmbito das ancestrais rivalidades políticas. E havia, ainda, que contabilizar a hipótese de os agiotas terem actuado por ordem de outrém, tanto para usufruto próprio, quanto para intermediação com os potenciais compradores. Além do mais, tais práticas não constituíam, propriamente, uma novidade entre nós. Há muito que os principais intelectuais portugueses bradavam contra a venda indiscriminada do património histórico-cultural a entidades estrangeiras, muitas vezes com o apanágio das próprias instituições que o deveriam preservar e sob cuja tutela directa se encontrava. E se o cenário relativo às riquezas nacionais era, tristemente, este, o que dizer, então, de artefactos oriundos de outras paragens, para mais transportados num navio pertencente ao principal causador da primeira grande mortandade mundial de origem bélica?

Todavia, é possível que a principal razão deste manifesto – embora inconsciente – residisse no facto de a Associação dos Arqueólogos Portugueses se encontrar profundamente implicada em todas as questões relacionadas com a carga do navio *Cheruskia* como, aliás, em todos os assuntos respeitantes à salvaguarda patrimonial. Talvez na sequência da meritória iniciativa protagonizada pela sua Direcção dois anos antes, o Governo nomeara um dos seus mais notáveis consócios, Vergílio Correia (1888-1944), para o cargo de administrador depositário dos artefactos então aprisionados, conforme relembrou o conhecido crítico de arte, Francisco Nogueira de Brito (1883-1946), enquanto se discutia acerca do verdadeiro responsável político pelo desaparecimento dos objectos²⁶. Agora que a Associação se via, deste modo, directamente envolvida em todo este assunto, os seus principais dirigentes e associados ponderaram, uma vez mais, sobre o destino mais imediato a conferir ao conteúdo dos contentores. A par de outros consócios, J. Leite de Vasconcellos entendia que a única forma passível de garantir a sua permanência em território português passaria, obrigatoriamente, pela obtenção de instalações adequadas e de funcionários minimamente vocacionados para a sua conservação e exposição. E no caso de o país não reunir condições tão primárias, quanto essenciais, o único destino lógico seria a própria Alemanha, onde estes requisitos se encontravam há muito reunidos, como o próprio tivera a oportunidade de constatar durante os périplos que vinha realizando pela Europa desde os inícios do século. Esta sua opinião não era, porém, perfilhada por todos. Para muitos, a continuidade dos artefactos em solo português era um assunto há muito resolvido e um motivo de honra nacional. A

²⁶ Id., *Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (25-6-1918/12-3-1921)*, 15/11/1919. Inédito.

única questão parecia residir no destino a conceder aos objectos e na definição dos cuidados a manter durante o seu desempacotamento, que deveria ocorrer apenas quando se garantisse a aquisição das vitrines onde permaneceriam expostos ao olhar público²⁷, num exercício assaz precursor para a época em termos de conservação preventiva de bens culturais móveis.

Mas o problema parecia encontrar-se bastante mais enraizado do que a própria direcção associativa certamente desejaria. Na verdade, este assunto motivaria a instalação de um certo desconforto no seio da Associação, reabrindo certas feridas e aprofundando desentendimentos antigos. Sem razões verdadeiramente consistentes, o conteúdo de alguns artigos publicados nos principais jornais lisboetas parecia denunciar determinados desacertos internos e insinuar eventuais responsabilidades associativas na fortuna dos caixotes provenientes de Bassorá, desde que a carga fôra apresada em 1916. Indignado com algumas frases que lera e incomodado com as palavras redigidas pelo próprio consócio Virgílio Correia, Maria da Silva José Pessanha (1865-1939) protestou contra os comentários inscritos, adjectivando-os de injustos e falsos, ao mesmo tempo que propunha que o problema fosse amplamente apurado e decidido em plena Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos. Parecia, no entanto, evidente que o episódio do *Cheruskia* vinha apenas confirmar a opinião anteriormente formulada por alguns consócios sobre o carácter daquele membro. Entre outros, J. Leite de Vasconcellos exigiu que se exarasse na acta da sessão que “[...] depois que o Sr. Dr. Virgilio Correia saiu de empregado do Museu Etonologico nunca mais, por motivos varios, leu nada por êle escrito quer contra [ele próprio] [...] quer sôbre outros assuntos nem tenciona ler o que êle de futuro escreva. Despreza-os, completamente, e é como se não existissem para êle”²⁸.

Depois de uma animada e prolongada discussão, J. Queirós referiu que, apesar de todos os contratemplos, fôra encarregado oficialmente de avaliar de novo a carga do navio, caracterizando com algum detalhe os objectos arqueológicos que o anterior consócio Perry Vidal examinara com a maior cautela, de modo a evitar a sua deterioração. Finda a comunicação, o polígrafo e educador Felix B. da C. Alves Pereira (1865-1936) colocou à apreciação da restante assembleia uma proposta de elucidação sobre toda a polémica em que a Associação se vira envolvida a propósito deste assunto, que José Pessanha pretendia ver celeramente publicada num dos periódicos da capital, assim como uma moção sobre a conveniência que haveria em reter os referidos objectos em Portugal. E, por fim, sugeria-se que se protestasse de modo veemente contra uma certa leviandade com a qual se redigiam e imprimiam deter-

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *Id.*, *Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (25-06-1918/12-03-1921)*. 29/11/1919. Inédito.

minadas notícias difamatórias relacionadas com a Associação²⁹.

Mas, se tudo parecia indiciar que a trama chegara a um fim consensual, nada parecia ser mais ilusório. Volvidos que se encontravam mais outros dois anos, Afonso de D. Cisneiros D'Ornellas (1880-1944) apresentou à assembleia de consócios os estudos que efectuara durante as férias de 1921 sobre a carga do *Cheruskia*³⁰, cujo assunto central acabaria por se esfumar dos anais da própria Associação dos Arqueólogos Portugueses e da memória dos principais intelectuais lisboetas. De facto, parecia que certas questões de outra índole tinham passado a dominar a atenção dos principais dirigentes nacionais, em cujas mãos se encontrava o futuro próximo de assuntos culturais tão específicos e peculiares, quanto este. Com efeito, pouco antes desta intervenção de Afonso D'Ornellas, o país e as ruas da capital pareciam ter mergulhado num círculo de intenções revolucionárias mal ocultadas, porém vagamente definidas, mas, com certeza, de raízes militares. Agravado com as sublevações monárquicas de 1919, o período crítico de 1914 a 1921 culminaria com a “noite sangrenta” de 19 de Outubro, quando o arrebato se apoderou das hostes políticas da nação, apenas apaziguado pela lúcida intervenção de alguns círculos civis, mesmo que insuficiente para segurar o novo Ministério do coronel Manuel Maria Coelho (1857-1943), que acabaria por cair a 5 de Dezembro desse mesmo ano. Rapidamente substituído pelo Executivo do coronel Carlos Henriques da Silva Maia Pinto (1866-1932), também este seria extinto em finais do mês seguinte, numa altura em que se pressentia o despontar de uma breve mudança nos desígnios políticos do país, que passaria pelo regresso dos democráticos ao poder, em 1922.

O panorama nacional passava a ser, assim, ilustrado com outras cores e imagens, em cujas entrelinhas parecia já não haver espaço para a ponderação de assuntos tão delicados, quanto este. O destino do país encontrava-se, agora, num momento de evidente viragem, mas para o qual não se vislumbrava um futuro tão risonho como seria, decerto, ansiado pela principal frente republicana, resultante do afastamento monárquico dos ideais setembristas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O episódio brevemente analisado nestas páginas reafirmará, no entanto, uma outra realidade.

A 1.^a Guerra Mundial demonstrou até que ponto o equilíbrio de forças políticas condicionara sempre a actividade arqueológica. E se alguns estudiosos de reno-

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Id.*, *Ibid.*(22-02-1921/16-02-1924). 26/11/1921. Inédito.

me internacional pereceram durante este conflito e várias sociedades eruditas viram as suas portas encerradas, o fim das actividades bélicas permitiu a projecção de uma série de campanhas arqueológicas de forma mais sistematizada. Mas pretextou-se também a abertura das denominadas “Escolas” e “Missões” por parte das forças aliadas, algumas das quais se veriam, pela primeira vez, envolvidas de modo bastante directo em tais desígnios. De facto, o conturbado período que mediou entre 1914 e 1918 foi de igual modo crucial para a História da Arqueologia ao estabelecer uma fronteira muito nítida na sua evolução geral, e não apenas em termos de metodologia teórica e prática. O caminho encontrava-se doravante aberto de modo irreversível à reconstrução científica do quotidiano da antiguidade omissa nos registos bíblicos com base em escavações criteriosamente dirigidas.

A partir de então, pareciam estar reunidas as condições imprescindíveis à germinação de conceitos patrimoniais que ditariam a sorte de parte significativa de *sítios* tradicionalmente explorados pelos ocidentais. Deu-se, assim, início à elaboração de uma legislação específica sobre o património monumental e arqueológico do Iraque, por mão de Gertrude L. Bell (1868-1926), então secretária dos assuntos orientais do Alto Comissariado Britânico sediado em Bagdad. Estipulando medidas muito precisas contra a pilhagem, esta investigadora lançou o Iraque na gestão autónoma do seu património arqueológico de carácter único. Mas ao contrário da acção precursora de A. Mariette que, ainda no século anterior, fundara, em Boulaq, o primeiro museu nacional de todo o Próximo Oriente e estabelecera a permanência das antiguidades descobertas em solo egípcio, G. Bell tentou conciliar os interesses nacionais com os das potências “protectoras”, ao confiar ao jovem Estado iraquiano todos os artefactos encontrados após a sua partilha entre o responsável pelas escavações e as colecções nacionais iraquianas. Esta prática seria, contudo, afastada a partir de 1933, numa altura em que o ressurgimento da influência germânica na região do Crescente Fértil imprimiria um carácter bastante mais rigoroso a toda esta legislação. Mas não terá sido, decerto, estranho a tão radical decisão o facto de o Iraque ter entretanto alcançado o estatuto de Estado independente em 1932, quando passou a integrar a Sociedade das Nações como membro de pleno direito. Estas ocorrências suscitariam, de modo quase inevitável, o reacendimento da velha chama nacionalista traduzida nos estudos do enorme legado árabe, que os ocidentais preferiram a favor da investigação do período Pré-histórico e Proto-histórico e, especialmente, de *sítios* sumérios, naquela que ficaria conhecida como a “Idade de Ouro” da História da prática arqueológica.

E, uma vez mais, um novo conflito mundial circunstanciará o destino imediato das investigações arqueológicas, nesta, como em tantas outras áreas do globo terrestre, num período em que os interesses científicos pareciam ter, finalmente, aproximado eruditos de países política e economicamente rivais, incentivando a

abertura de novos campos, missões e escolas arqueológicas. Vislumbrava-se, assim, uma oportunidade inigualável de analisar o passado mediterrânico da única forma possível de entendê-lo na sua globalidade e plena veracidade: enquanto um todo coerente, coevo e inter-influente com base na sua multiplicidade, como confluente eram as realidades vividas nos inícios do século XX, perante uma Europa que se queria crescentemente *comum* e *comunitária* na sua diversidade identitária.

Mas o meio arqueológico não se modificaria apenas com o desaparecimento de alguns dos seus nomes mais marcantes durante as inúmeras contendidas mundiais. De facto, ao alterar de modo tão significativo, quanto irreversível, o equilíbrio (aparentemente) mantido ao longo dos séculos entre as principais nações europeias, a 1.^a Grande Mundial constituiu um marco decisivo na História da evolução do pensamento e da prática arqueológica, cuja fortuna seria doravante ditada de maneira mais evidente por contextos geo-políticos muito concretos, como expressaria a vontade francesa face ao prevalente domínio britânico nos territórios do Próximo e Médio Oriente. Além disso, nos inícios do século vinte foi possível confirmar, com base em escavações conduzidas de modo criterioso, uma das principais ideias dos pioneiros da Arqueologia Oriental, segundo a qual se deveria rebuscar as origens das civilizações mediterrâneas nas culturas do Crescente Fértil. Pareciam estar, assim, justificadas todas as acções empreendidas no século precedente e as projectadas para as décadas vindouras, num esforço conjunto de várias nações, para as quais o principal desígnio das investigações arqueológicas passara a residir no entendimento do desenvolvimento da(s) realidade(s) mediterrânica(s). Tentava-se desamarrar, desta forma, de uma notória tendência anterior para exultar o carácter estético e monumental dos artefactos encontrados para deslumbramento de visitantes, contentamento de especialistas e utilização política dos países que os encerrassem em museus de características ainda demasiado generalistas e descontextualizantes.

Hoje, passadas que se encontram várias décadas sobre os eventos em epígrafe, o Mundo culto foi, uma vez mais, confrontado com a avidez humana, que tudo parece mover em nome de enunciados financeiros absolutamente alheios aos interesses de toda uma colectividade, de feição local, regional e/ou internacional, a denunciar, no fundo, a influência e determinação das potências ocidentais. Todas as infracções têm sido cometidas à revelia do bom senso e dos conteúdos insertos em acordos firmados entre a maior parte das nações registadas na UNESCO, que tudo promove em prol da integridade cultural e da preservação da(s) memória(s) nacional(is) no quadro de um crescente – mas, tantas vezes, indesejável – movimento globalizante e globalizador. E no caso dos acontecimentos ocorridos recentemente em solo da antiga Mesopotâmia, a situação assumiu contornos bastante mais gravosos, pois, à semelhança do espírito que incentivara os pioneiros da Arqueologia dos Próximo e Médio Orientes, o espólio arqueológico exposto no Museu de Bagdad pertencia a

toda a Humanidade, não apenas pela sua inquestionável importância para o entendimento e ilustração do seu próprio passado, como, sobretudo, por se encontrar, em parte, inscrito na lista de Património Mundial da UNESCO.

Na verdade, já em 1956, a Convenção de Haia estabeleceu um conjunto de normas relativas à protecção do conceito de “bem cultural” em contexto de conflito armado, posteriormente consubstanciada em 1966 pela “Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional”, assinada por aquele mesmo organismo supranacional. Afirmava-se no seu primeiro artigo que “Pela sua imensa variedade, diversidade e pela influência recíproca que exercem umas sobre as outras, todas as culturas constituem parte integrante do património comum da Humanidade”. Doravante, a sua salvaguarda assumiu-se como um dos primaciais propósitos estabelecidos pela UNESCO, que não mais deixaria de se empenhar e de reforçar o seu papel orientador em todo o processo de internacionalização dos problemas inerentes à tutela e conservação dos bens culturais de relevância transnacional. Este longo despertar de consciências culminaria, em 1970, com a Conferência intergovernamental de Veneza, onde se discutiu a categoria de “Património Mundial”, finalmente consagrada na convenção sobre a “Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”, adoptada pela Conferência Geral da UNESCO, na sua décima sétima reunião, celebrada em Paris dois anos depois.

A par destas Convenções eram assinados documentos de indiscutível valência para a salvaguarda de alguns vestígios de antanho. Foram os casos dos relacionados com a protecção contra o roubo e exportação ilegal de bens culturais, assim como dos referentes à sua preservação contra danos bélicos. Em conjunto, perfaziam toda uma campanha e estratégia delineada de modo concertado por várias potências mundiais para fazer face à criminalidade organizada de redes internacionais. Investia-se, assim, na cooperação transfronteiriça no combate ao roubo constituído, à exportação e comércio ilegal de bens culturais, à qual a Convenção de 1995 conferiu o devido carácter vinculativo, e que as principais organizações mundiais passaram a reconhecer como uma das mais importantes premissas das suas actuações na esfera política.

Não obstante, os vários episódios que pontuaram a última Guerra do Golfo parecem desmentir a verdadeira força de lei destas convenções e esvaziar de sentido todas as negociações desenroladas entre as principais partes beligerantes e os especialistas em História e Antiguidades do Crescente Fértil com vista à salvaguarda de todos os *sítios* arqueológicos e acervos museológicos de valor incalculável pelas memórias únicas que encerra(va)m. Pelo contrário, elevaram-se múltiplas vozes contra o que muitos ainda consideram como um plano devidamente estabelecido para furtar determinados tesouros artísticos e arqueológicos dos museus iraquianos, que o próprio *modus operandi* parece ter denunciado. Além disso, é sobejamente conhecido o que sucedeu durante a 1.ª Guerra do Golfo (1991), quando um número conside-

rável de artefactos pertencentes aos antigos vales do Tigre e do Eufrates desapareceu dos seus locais habituais de exposição pública para reaparecerem pouco depois no mercado de tráfico ilegal de antiguidades, cujos primaciais epicentros se localizarão em cidades como Londres e Nova Iorque. E se a sua preservação poderá ser garantida através de compradores conscienciosos e sabedores dos métodos de conservação e restauro aos quais deverão ser sujeitas as peças adquiridas para satisfação de um gosto privado e deslumbramento de um olhar – pouco – público, o seu saque implicará algo bastante mais gravoso e quase irreparável: a descontinuidade do seu sistemático e criterioso estudo científico por parte de diletantes e amantes das artes e das letras.

Esperamos que este episódio possa alertar, em definitivo, as consciências políticas de todo o Mundo para a enorme fragilidade em que se encontram as grandes preciosidades “nacionais” de cada país, quando o rentável mercado ilícito das antiguidades se prontifica a actuar de modo – ainda – espantosamente eficaz para os arrancar aos seus únicos contextos lógicos e transportá-los através de redes de comunicação sabiamente tecidas até aos seus destinos preferenciais, ou seja, aos coleccionadores privados, agora que os museus dificilmente poderão adquiri-los em razão das severas sanções que a transgressão das directrizes da UNESCO nesta matéria parecem impor.

E se nos encontramos assaz apartados de acontecimentos, como aquele que pretextou a redacção deste pequeno texto, a verdade é que a essência humana não evoluiu – ou modificou – substancialmente. Tal como há quase um século atrás, as gentes parecem correr atrás de fama, prestígio e dividendos de toda a ordem, não reconhecendo fronteiras, nem respeitando autonomias. Mas, acima de tudo, o que parece não ter sofrido qualquer alteração foi a prevalência de um gosto muito particular pela aquisição de pequenas peças de um enorme *puzzle* que dificilmente alguém poderá concluir e entender em toda a sua grandeza. A perscrutação do mais profundo das nossas memórias colectivas parece ainda animar vivamente as mentes mais brilhantes do mundo da Arqueologia e da História da Antiguidade Pré-clássica, bem como as de coleccionadores particulares que, graças aos meios de que dispõem, revelam-se autênticos privilegiados por poderem tactear sem regras a materialização de um passado que, na verdade, também é deles, que deles faz parte e através do qual desejarão imortalizar-se. Pena é que essa possibilidade não mais seja colocada à vontade e à premência de toda uma população, que com ela engrandeceria o seu ser e saber ao longo de gerações. Na verdade, o passado revela-se a nossa principal – senão, mesmo, única – bússola vivencial, aquela que nos permite conceder algum sentido à sucessão infindável das horas, dos dias e dos anos, com a esperança de que a nossa passagem pela Terra possa ser, de algum modo, registada e fruída futuramente para gáudio de investigadores, coleccionadores e populações, mais ou menos

anónimas, como continua a ser apanágio dos membros da secular Associação dos Arqueólogos Portugueses.

REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes

1.1. Arquivos

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (A.H./A.A.P.).

1.2. Periódicos

A Águia.

Archivo Familiar.

Archivo Pittoresco.

O Novo Mundo.

O Panorama.

Recreio Infantil.

Revista das Sciencias Ecclesiasticas.

Universo Pittoresco. Jornal de Instrução e Recreio.

2. Bibliografia Sumária

- AMORIM, MARIA ADELINA (1999). “Viagem e *mirabilia*: monstros, espantos e prodígios”, *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, coord. Fernando Cristóvão, Lisboa, Edições Cosmos.
- BAHRANI, ZAINAB (1998). “Conjuring Mesopotamia: imaginative geography and a world past”, *Archaeology under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, ed. by Lynn Meskell, London, Routledge.
- BOTTERO, JEAN; STEVE, MARIE-JOSEPH (1993). *Il était une fois la Mésopotamie*, Paris, Gallimard.
- BUESCU, ANA ISABEL (2000). *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- CARREIRA, JOSÉ NUNES (1980). *Do Preste João às Ruínas da Babilónia. Viajantes portugueses na rota das civilizações orientais*, Lisboa, Editorial Comunicação.
- _____, (1999). “Jerusalém...”, *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, coord. Fernando Cristóvão, Lisboa, Edições Cosmos.
- COELHO, MARIA TERESA PINTO (1996). *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos.
- CORREIA, MARGARIDA SÉRVULO (2000). *As Viagens do Infante D. Pedro*, Lisboa, Gradiva.
- CRISTÓVÃO, FERNANDO (1999). “Para uma teoria da Literatura de Viagens”, *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, coord. Fernando Cristóvão, Lisboa, Edições Cosmos.

- DIAS, J. S. DA SILVA (1988). *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, Ed. Presença.
- Egéria. *Viagem do Ocidente à Terra Santa, no séc. IV*, ed. Alexandra B. Mariano e Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- ELIADE, MIRCEA (1969). *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Ed. 70.
- FAGAN, BRIAN M. (1996). *Eye Witness to Discovery. First-person accounts of more than fifty of the world's greatest archaeological discoveries*, Oxford, Oxford University Press.
- Fernão Mendes Pinto. *O outro lado do mito*, Lisboa, Terra Livre, 1985.
- FICACCI, LUIGI (2000). *Piranesi. The complete etchings*, Taschen, Köln.
- FRANÇA, JOSÉ-AUGUSTO (1992). *Os anos vinte em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença.
- GIL, FERNANDO; MACEDO, HELDER (1998). *Viagens do Olhar. Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*, Porto, Campo das Letras.
- GONZÁLEZ-VARAS, IGNACIO (1999). *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*, Madrid, Ediciones Cátedra.
- GRAN-AYMERICH, ÉVE (2001). *Dictionnaire Biographique d'Archéologie. 1798-1945*, Paris, CNRS.
- _____, (1998). *Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945*, Paris, CNRS.
- Archaeology under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, ed. by Lynn Meskell, London, Routledge, 1998.
- História de Portugal*, dir. José Mattoso, t. VI, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.
- KUBIE, NORA BENJAMIM (1864). *Road to Nineveh: the adventures and excavations of Sir Austen Henry Layard*, New York, Doubleday & Company, .
- LARSEN, MØGENS TROLLE (2001). *La conquête de l'Assyrie. 1840-1860*, Paris, Hachette.
- MARTINS, ANA CRISTINA (2003). *Possidónio da Silva (1806-1896) e a Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*, Lisboa, A.A.P.
- MATOS, SÉRGIO CAMPOS (1998). *Historiografia e Memória Nacional. 1846-1898*, Lisboa, Edições Colibri.
- MOURÃO, JOSÉ AUGUSTO MIRANDA (1988). *A Visão de Túndalo. Da Fornalha de Ferro à Cidade de Deus*, Lisboa, INIC.
- QUEIRÓS, EÇA DE. *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, sd.
- RUSSELL, JOHN MALCOLM (1997). *From Nineveh to New York. The strange story of the Assyrian reliefs in the Metropolitan Museum and the hidden masterpiece at Canford School*, Yale, Yale University Press.
- SAMUEL, PAULO (1990). *A Renascença Portuguesa. Um Perfil Documental*, Porto, Fund. Eng. António de Almeida.
- SANTOS, ALFREDO RIBEIRO (1990). *A Renascença Portuguesa. Um Movimento Cultural Portuense*, Porto, Fund. Eng. António de Almeida.
- SANTOS, ANTÓNIO RAMOS DOS (2003). "Da Mítica Babel à histórica Babilónia", *Artis n° 2*, Lisboa, Instituto de História da Arte da FLUL.
- SERRÃO, JOAQUIM VERÍSSIMO (1995). *História de Portugal*, t. X-XII, Lisboa, Verbo.
- STOCZKOWKI, WIKTOR (2002). *Explaining Human Origins. Myth, Imagination and Conjecture*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Um gosto privado. Um olhar público*, Lisboa, IPM, 1995.
- VASCONCELOS, JOSÉ LEITE DE (1897). "Museu Municipal de Braga", *O Archeologo Português*, n.º 4, t. III, Lisboa, Museu Ethnológico Português.



Fig. 1 – A Destruição de Babilônia – Cópia d'um quadro de Mr. Martin
O Panorama, vol. III, 2.ª série, 1839, p. 121

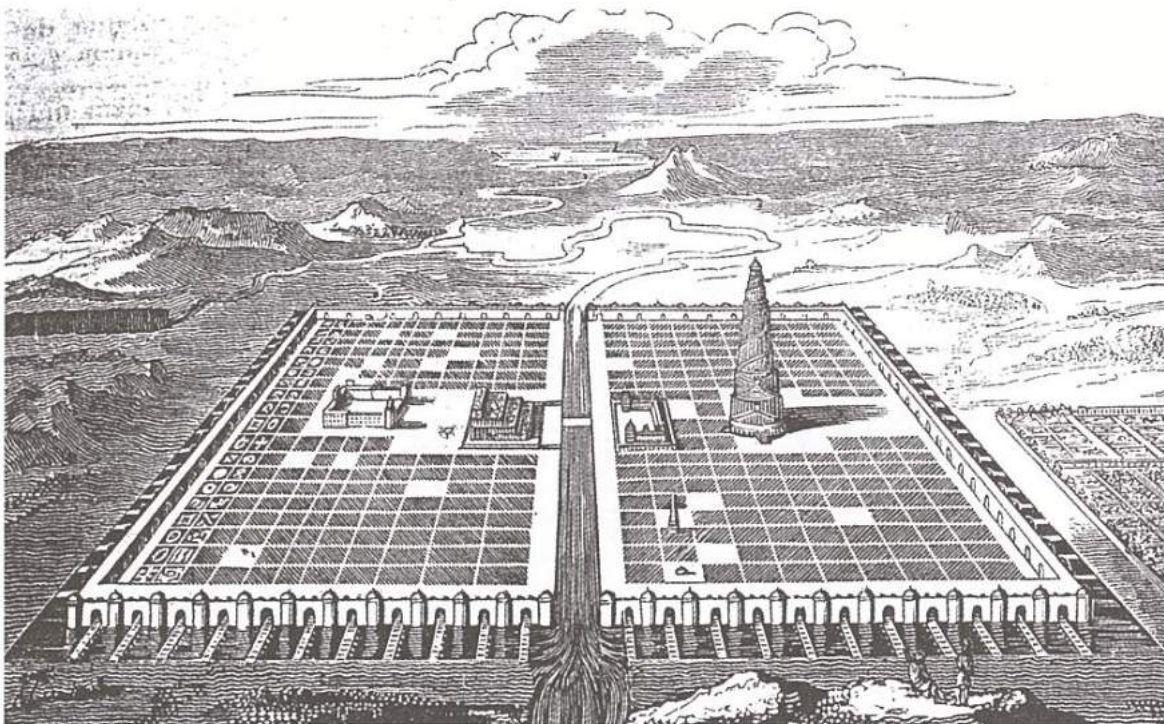


Fig. 2 – Babilônia
O Panorama, vol. V, 3.ª série, 1856, p. 141



Fig. 3 – Minotauro achado nas escavações de Ninive
Archivo Pittoresco, vol. V, Lisboa, 1862, p. 253

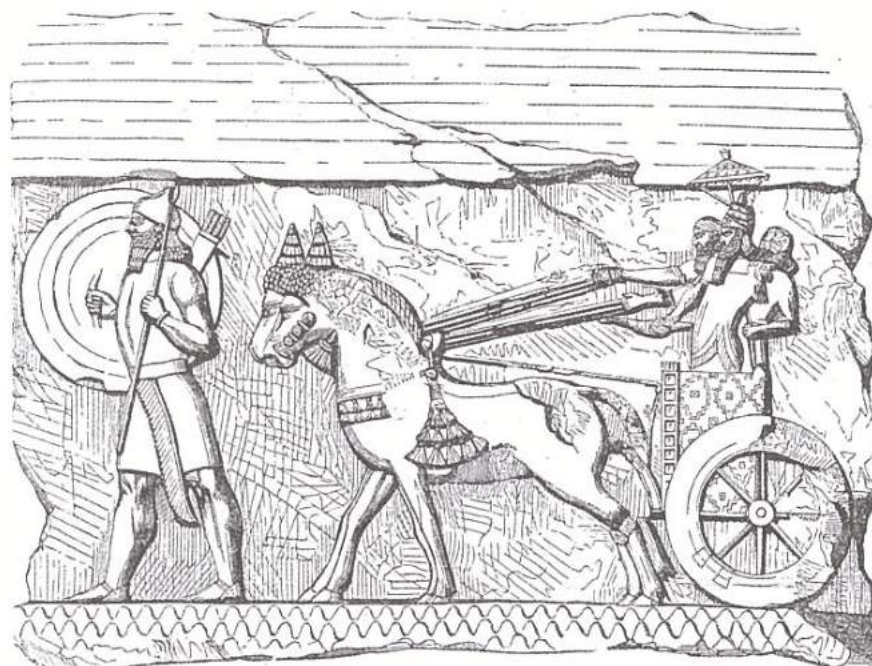


Fig. 4 – Baixo-relevo achado nas escavações de Ninive
Archivo Pittoresco, vol. V, Lisboa, 1862, p. 261

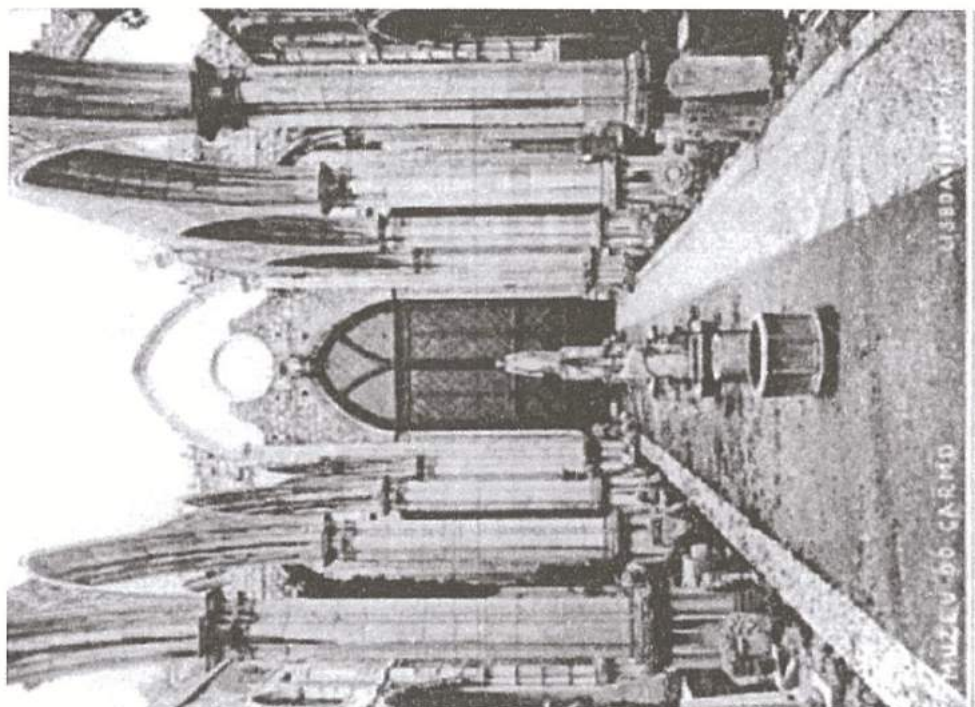


Fig. 5 – O Museu Arqueológico do Carmo nos
inícios do século XX.
AH/AAP

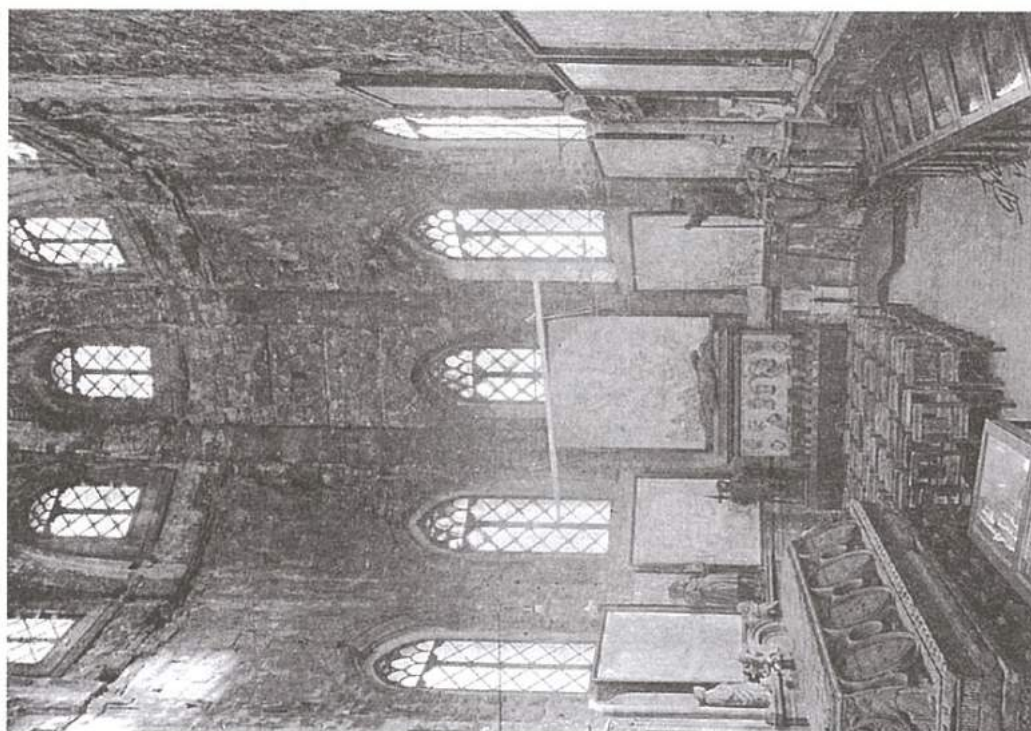


Fig. 6 – O Museu Arqueológico do Carmo
nos inícios do século XX.
AH/AAP